

## SOBRE A AUTORA

---

**Ana Leão** escreveu esta monografia como consultora para o Programa de Gestão de Armas do ISS. Viveu em Moçambique durante alguns anos, trabalhando nos sectores do desenvolvimento e privado.

A publicação desta monografia foi tornada possível graças à generosidade dos governos da Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e Suíça, os quais apoiam o trabalho do Programa de Gestão de Armas do ISS. Reconhecemos com gratidão o seu interesse constante em nos assistir no nosso trabalho.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

---

- FIGURA 1 TIPOS DE CRIME
- FIGURA 2 UTILIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO EM ACTOS CRIMINOSOS, 2002
- FIGURA 3 TIPOS DE CRIME EM 2002, EM PERCENTAGEM.
- FIGURA 4 PREOCUPAÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE O CRIME
- FIGURA 5 SENTIDO DE SEGURANÇA EM CASA E NAS ÁREAS RURAIS
- FIGURA 6 ALTERAÇÕES NO CRIME E VIOLÊNCIA
- FIGURA 7 PRESENÇA POLICIAL NA ÁREA
- FIGURA 8 PERCEPÇÕES SOBRE A EFICÁCIA DA POLÍCIA.
- FIGURA 9 PERCEPÇÕES SOBRE A ACTUAÇÃO DA POLÍCIA
- FIGURA 10 FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO EM CRIME
- FIGURA 11 DISPONIBILIDADE DE ARMAS DE FOGO
- FIGURA 12 MOTIVO PRINCIPAL DA DISPONIBILIDADE DE ARMAS DE FOGO
- FIGURA 13 ARMAS DE FOGO MAIS COMUNS
- FIGURA 14 É O CRIME NAS COMUNIDADES AFECTADO NEGATIVAMENTE PELAS ARMAS DE FOGO?
- FIGURA 15 MUDANÇA NA DISPONIBILIDADE DE ARMAS DE FOGO
- FIGURA 16 PONTOS DE RECOLHA DE ARMAS
- 
- TABELA 1 ESTATÍSTICAS POLICIAIS SOBRE CRIMES RELATADOS NO CHIMOIO
- TABELA 2 FACTORES QUE INFLUENCIAM A ACTUAÇÃO DA POLÍCIA
- TABELA 3 ACÇÕES PARA IMPEDIR O CRIME
- TABELA 4 ATITUDES EM RELAÇÃO AO CONTROLO SOBRE ARMAS DE FOGO
- TABELA 5 RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR O CONTROLO SOBRE ARMAS DE FOGO
- TABELA 6 CAUSAS DO CRIME

## LISTA DE ABREVIATURAS

CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CEEI	Centro de Estudos Estratégicos Internacionais
CND	Comissão Nacional de Desminagem
COPRECAL	Comissão para a Prevenção e Controle de Armas Ligeiras
FADM	Forças Armadas de Mocambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique.
GOM	Governo de Moçambique
AGP	Acordo Geral de Paz
IND	Instituto Nacional de Desminagem
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
ONG	Organização Não Governamental
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
PRM	Polícia da Republica de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SALW	Armas de Pequeno Porte e Armas Ligeiras
SAPS	Serviços de Polícia da África do Sul
TAE	Transformação das Armas em Enxadas
NU	Nações Unidas
UNCIVPOL	Polícia Civil das Nações Unidas
USA	Estados Unidos da América
USSR	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

# RESUMO

---

## RESUMO

Moçambique, considerado ainda como um dos países mais pobres no mundo, é um dos líderes do movimento para controle de armas ligeiras e de pequeno porte (SALW) na região da África Austral. Em Agosto de 2001, Moçambique assinou e em Setembro de 2002 ratificou o Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre o Controle de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Relacionados, cujo objectivo é impedir e controlar, através de mecanismos regionais, o tráfico ilegal de SALW na região.

Este compromisso regional faz parte dos esforços contínuos no sentido de desarmar a sociedade Moçambicana. Quando Moçambique assinou o Protocolo da SADC, estavam já em curso no país, com muito sucesso, duas iniciativas para o desarmamento – a Operação Rachel, dirigida pelo governo, e o projecto TAE, dirigido pela sociedade civil, trocando armas por ferramentas.

Esta monografia tenta apresentar uma análise geral dos vários processos de desarmamento em Moçambique e analisar as diferentes medidas necessárias para a implementação do Protocolo da SADC – onde existe complementaridade, onde há duplicação de esforços, o que já foi criado e o que tem ainda que ser criado.

Este estudo de Moçambique faz parte de um projecto de pesquisa mais vasto que se está a realizar em vários países da África Austral no sentido de identificar os desafios que os países enfrentam à medida que se empenham na implementação dos seus compromissos regionais e internacionais sobre armas de pequeno porte. O Instituto de Estudos de Segurança está a apoiar estes esforços de pesquisa que estão a ser coordenados pelo Centro para a Resolução de Conflitos (África do Sul) (Center for Conflict Resolution) e pela África do Sul Livre de Armas (Gun-free South Africa) .

A introdução examina as determinantes históricas que levaram à proliferação de SALW na região, em particular em Moçambique, descrevendo brevemente os vários conflitos que flagelaram o país nos últimos 30 anos. Apresenta também a metodologia utilizada para esta monografia bem como as limitações que daí resultaram.

O Capítulo 1 analisa as três abordagens diferentes ao desarmamento em Moçambique. A ONUMOZ, a missão das Nações Unidas para a manutenção da paz em Moçambique, foi a primeira abordagem ao desarmamento em Moçambique. Este capítulo observa as limitações e as escolhas políticas da época e ainda o impacto dessas escolhas na situação da segurança em Moçambique. Segue-se uma breve análise dos dois programas de desarmamento em curso – Operação Rachel e o projecto TAE – Transformação das Armas em Enxadas, do Conselho Cristão de Moçambique.

O Capítulo 2 demonstra que o desarmamento é apenas um elemento do campo mais vasto da segurança humana. Como tal, as iniciativas de desarmamento não devem ser isoladas das operações do sector da segurança em geral. Este capítulo analisa várias instituições do sector da segurança, tais como a polícia e as forças armadas, os seus legados, os seus problemas, as suas necessidades e como podem contribuir para a implementação do Protocolo da SADC sobre Armas de Fogo, supervisionado por um comité multi-institucional sobre armas de pequeno porte (COPRECAL)

O Capítulo 3 examina as oportunidades e os desafios que Moçambique vai enfrentar na implementação do Protocolo da SADC sobre Armas de Fogo, bem como os desafios existentes no país quanto à manutenção dos seus esforços para reduzir a disponibilidade e o uso de armas de pequeno porte.

O Capítulo 4 apresenta as conclusões de um inquérito levado a cabo no Chimoio (Norte de Moçambique) sobre o impacto das SALW nas comunidades. O anexo 1 contém o questionário desse inquérito. A parte final da monografia apresenta algumas das oportunidades existentes em Moçambique para a continuação dos esforços do país para a redução da disponibilidade de armas e implementação de acordos regionais sobre a gestão de armas de pequeno porte.

# INTRODUÇÃO

## Introdução

Durante a Guerra Fria a questão do armamento centrava-se em armas de destruição em massa, consideradas então como representando a maior ameaça à segurança humana.<sup>1</sup> Enquanto o equilíbrio global era conseguido com base nestas super-armas, a nível regional e nacional um quadro diferente tomava forma no continente Africano.

As tendências hegemónicas das duas superpotências, os EUA (Estados Unidos da América) e a USSR (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) davam apoio a regimes militares e / ou autoritários considerados como aliados, não tendo em consideração a fragilidade ou a capacidade de sustentação de tais regimes. Na maior parte dos casos, este apoio traduzia-se na provisão desregrada de armas de pequeno porte e armas ligeiras (SALW) a estes regimes, ou àqueles que tinham a coragem de os desafiar.

A Guerra Fria conseguiu deste modo estabelecer uma estabilidade relativa (apesar de artificial e opressiva) em várias partes de África, uma região considerada pelas duas superpotências como o tabuleiro ideal para o jogo da Guerra Fria. Tal estabilidade artificial viria a desmoronar-se, juntamente com o Muro de Berlim, em 1989. A fachada do mundo da Guerra Fria e da sua estabilidade relativa deixou África cheia de SALW bem como de traficantes e rotas bem estabelecidas para o seu tráfico.

Sem o apoio externo das superpotências, governos considerados como corruptos, opressivos e com pouca legitimidade podiam agora ser abertamente contestados. A proliferação de SALW e de rotas de tráfico e de traficantes, transformaram a insurgência armada numa opção mais imediata, por oposição a outras alternativas políticas necessariamente mais morosas, ao mesmo tempo que a pobreza generalizada criou as fontes de recrutamento necessárias a insurgências.<sup>2</sup> Moçambique não ficou imune a esta dinâmica regional em África, a qual foi complicada pelas

determinantes históricas específicas do país – a luta pela independência entre 1964 e 1974 e os 14 anos que se seguiram de guerra civil<sup>3</sup>. Tal como noutras colónias Portuguesas, a independência em Moçambique foi obtida através de uma luta armada, no caso de Moçambique dirigida pela Frelimo, *Frente de Libertação de Moçambique*.

A Frelimo resultou da unificação de movimentos nacionalistas, cujo factor de unidade era a luta contra o colonialismo. Constituída como uma organização enquadrante, a Frelimo transformou-se num movimento nacionalista coeso com uma ideologia claramente Marxista, lutando pela criação de uma sociedade sem classes em Moçambique. Depois da independência em 1975 até meados da década dos anos 80, a Frelimo constituiu-se como partido político, impôs um sistema de partido único e adoptou uma política económica Marxista. O descontentamento e dissidência resultantes do impacto destas medidas nas estruturas sociais tradicionais e nas expectativas de alguns sectores da sociedade, impediu a emergência da unidade nacional e também criou as fontes de recrutamento que as potências hostis regionais (Rodésia - agora Zimbabué - e a África do Sul do apartheid ) careciam para poderem interferir no processo de edificação nacional. Destas fontes de recrutamento, apoiadas por regimes hostis a Moçambique, emergiu a Renamo, *Resistência Nacional de Moçambique* . Pouco depois da independência<sup>4</sup>, as incursões armadas da Renamo começaram a desfazer a vida rural em Moçambique e finalmente deram lugar a uma guerra civil justificada, entre outras, por razões de origem étnica que são ainda hoje utilizadas para recrutamento e definição de lealdades políticas.

A guerra civil em Moçambique terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, ao qual se seguiu um processo de paz dirigido pelas Nações Unidas e apoiado pela Operação das Nações Unidas em Moçambique, ONUMOZ, até ao fim de 1994.<sup>5</sup> Depois da retirada da ONUMOZ, o aumento da criminalidade, em especial com a utilização de armas, tornou óbvio que as SALW não eram apenas ainda predominantes em Moçambique mas estavam a entrar nos países vizinhos, sobretudo na África do Sul.<sup>6</sup>

Em 1995, apenas um ano depois da retirada da missão da ONUMOZ, a proliferação das SALW e os problemas que elas causavam em ambos os países, levou os governos de Moçambique e da África do Sul a unir os seus esforços e a implementar uma iniciativa de desarmamento: a Operação Rachel. Este programa, apoiado pelo governo, foi complementado em Moçambique por iniciativas da sociedade civil, ainda em curso,

nomeadamente o projecto das Armas por Enxadas ( TAE ) patrocinado pelo Conselho Cristão de Moçambique (CCM).

Em Agosto de 2001, Moçambique assinou o Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Relacionados, com o objectivo de impedir e controlar, por meio de mecanismos regionais, o tráfico ilegal de armas e armas ligeiras na região. Em Setembro de 2002, o parlamento ratificou o Protocolo e o governo de Moçambique (GdM )começou a agir no sentido da sua implementação. Apesar da sua história turbulenta, Moçambique está agora na linha da frente dos esforços regionais para controlar e impedir a proliferação de SALW.

Todavia, a implementação de acordos internacionais apresenta, muitas vezes, problemas imprevistos aos governos nacionais: algumas instituições poderão ter que vir a ser criadas, outras necessitam de ser desenvolvidas: Mas as prioridades diferem de país para país e pode ser considerada mais importante a necessidade de atribuição de recursos a outros sectores.

O governo de Moçambique está a estabelecer um corpo multi-institucional – COPRECAL ( *Comissão para a Prevenção e Controle de Armas Ligeiras* ) – para supervisionar e coordenar a implementação do Protocolo da SADC. O papel e a competência da COPRECAL serão discutidos em detalhe mais adiante, nesta monografia.

Considerando a história dos esforços para controlar as SALW em Moçambique e o ímpeto dado recentemente pela ratificação do Protocolo da SADC, bem como pela adopção do Programa de Acção das Nações Unidas para Impedir, Combater e Irradicar o Tráfico Ilegal de Armas de Pequeno Porte e Armas Ligeiras em Todos os Seus Aspectos, tornou-se importante analisar e avaliar a situação presente em Moçambique em relação aos diferentes modos de aflorar o controle da proliferação de SALW e as limitações que a implementação do Protocolo da SADC pode ter que enfrentar. Foi exactamente isto que a equipa de pesquisa decidiu realizar.

Esta monografia é baseada no trabalho realizado no terreno e levado a cabo em Moçambique de Novembro de 2002 a Setembro de 2003. A pesquisa consiste principalmente de entrevistas com funcionários do Ministério do Interior, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Forças Armadas, serviços aduaneiros, organizações não-governamentais (ONGs), jornalistas, académicos e cidadãos Moçambicanos. O trabalho de pesquisa no terreno terminou com um encontro de dois dias, que incluiu representantes do

Ministério do Interior, Defesa e Negócios Estrangeiros, das forças armadas, da Presidência, instituições académicas e organizações da sociedade civil. O trabalho no terreno foi complementado por uma pesquisa documental extensiva. Finalmente, a equipa de pesquisa realizou um inquérito no Chimoio (região central de Moçambique) sobre o impacto das SALW a nível comunitário. As conclusões deste inquérito constituem um dos capítulos desta monografia..

Apesar de o foco de pesquisa ter sido sobre os modos de abordar o desarmamento e sobre os passos dados pelo governo de Moçambique para a implementação do Protocolo da SADC sobre armas de pequeno porte e armas ligeiras, cedo se tornou evidente que a prevenção e controle de SALW devia ser analisada no contexto mais vasto do sector da segurança. Por exemplo, um funcionário do Ministério do Interior comentou: “Qual é o objectivo em investir tantos recursos na destruição de armas quando não somos capazes de patrulhar eficientemente a nossa costa marítima ?” Os mesmos sentimentos são expressos por Mosse & Nyararai num artigo intitulado “Moçambique: um barril de pólvora” publicado em Junho de 2003:

“ ... As autoridades não sabem quem são os donos das armas, ou como essas pessoas têm acesso a elas. O Governo nem sequer sabe qual a quantidade de armas utilizadas pelas forças uniformizadas. Se o governo não consegue controlar o movimento e utilização de armas pequenas na sua área de responsabilidade é óbvio que não pode controlar a proliferação ilegal e a má utilização de armas de pequeno porte no país.”<sup>8</sup>

Tornou-se evidente que a implementação com sucesso do Protocolo da SADC requer o esforço conjunto de várias instituições governamentais, presentemente em estágios diferentes de desenvolvimento institucional e a receberem apoios diferentes por parte dos doadores.

Deste modo, os parâmetros desta monografia foram alargados a fim de permitirem uma análise das diferentes instituições que podem ser activas nos esforços para controlar as SALW, da forma como podem contribuir para o objectivo comum de impedir e controlar as SALW e dos diferentes problemas que enfrentam.

Durante o inquérito realizado no Chimoio, foi óbvio que apesar de a pesquisa sobre SALW em Moçambique ser possível e mesmo bem-vinda, as

questões relacionadas especificamente com as SALW causaram desconforto entre os entrevistados. As pessoas em instituições governamentais reagiram da mesma maneira - apesar de funcionários discutirem abertamente os problemas que tormentam as suas instituições em particular e, em geral, o ambiente político e social em Moçambique, questões relacionadas especificamente com dados sobre a quantidade de SALW legais, tais como a quantidade e composição das reservas existentes, foram recebidas com alguma resistência e suspeita. Não quer isto dizer que os funcionários governamentais foram obstructivos. Pelo contrário, a equipa de pesquisa sentiu grande apoio no seio destas instituições e só tem a mencionar palavras de gratidão para todos os que foram entrevistados. Eles foram abertos e francos nas suas declarações, tinham uma profunda compreensão sobre as questões em discussão, e estiveram disponíveis, apesar de todas as iniciativas que ocorriam simultaneamente em Maputo, nessa altura.

Contudo, questões relacionadas com dados quantitativos são consideradas como intromissões em questões de segurança interna e soberania nacional. Do mesmo modo que alguns doadores se mostram reticentes em apoiar o sector da segurança, considerado demasiado político, também os governos nacionais pressentem perigo quando divulgam informações relacionadas com a segurança. Apesar de tudo, considerando o impacto tremendo que o sector da segurança tem no desenvolvimento de sociedades no período pós-guerra, tanto os doadores como os governos nacionais deviam pensar seriamente numa mudança de perspectiva quando tratando desta questão. Isto será discutido com mais detalhe no curso desta monografia.

Dada a sensibilidade das questões discutidas, a equipa de pesquisa não identificou as pessoas que, tão generosamente, ofereceram o seu tempo e informação.

## Notas

1. Margaret O'Grady, Pequenas Armas e África, <<http://www.ca-at.org.uk/information/publications/countries/africa-0909.php>> (Maio 2003).
2. A ligação entre má governação, pobreza, e militarização foi explorada por Ângela McIntyre em várias publicações do ISS.
3. Para um explicação mais detalhada sobre o impacto de ambos os

conflitos na proliferação de armas em Moçambique ver artigos e relatórios escritos, entre outros, por Anícia Lalá, Martinho Chachiu e Alex Vines.

4. Diferentes autores atribuem datas diferentes às incursões da Renamo. Alguns mencionam 1976 enquanto outros consideram 1978. Aqui usamos 1978 como data de referência uma vez que foi a partir de 1978 que as incursões da Renamo apresentaram as características sistemáticas de uma guerra civil.

A sigla em Inglês para a missão é UNOMOZ ,no entanto é a sigla em português ONUMOZ que é mais utilizada.

N Stott, *“Operação Rachel: Lições aprendidas e o potencial para uma iniciativa regional (SADC)”*, ISS, a ser publicado. Contudo, a ligação entre as SALW Moçambicanas e o crime Sul Africano é estabelecida por quase todos os autores que escrevem sobre este assunto.

Intervenção durante o encontro de 17-20 de Setembro, 2003.

N Magudu & M Mosse, *“Moçambique: A Powder Keg”* IANSA Newsletter, Junho 2003

# CAPÍTULO 1

## INICIATIVAS DE DESARMAMENTO EM MOÇAMBIQUE

### **O Legado da ONUMOZ**

Mantêm-se controversas as análises feitas sobre o papel da ONUMOZ - a missão das Nações Unidas (NU) que dirigiu o processo de paz em Moçambique. Muito já foi escrito sobre este assunto e está fora do âmbito desta monografia fazer mais especulações. O mandato da ONUMOZ era o seguinte:

- Acompanhar e verificar o cessar fogo, a separação e concentração de forças, a sua desmobilização e a recolha, armazenamento e destruição de armas;
- Acompanhar e verificar a retirada completa de forças estrangeiras e fornecer a segurança nos corredores de transporte;
- Acompanhar e verificar o licenciamento de grupos armados irregulares e privados; autorizar os preparativos de segurança para infraestruturas vitais e fornecer a segurança para as Nações Unidas e outras actividades internacionais de apoio ao processo de paz;
- Fornecer assistência técnica e acompanhar o processo eleitoral na sua totalidade;
- Coordenar e acompanhar as operações de assistência humanitária, em particular as respeitantes aos refugiados, pessoas desalojadas internamente, pessoal militar desmobilizado e a população local afectada.<sup>1</sup>

Para os fins desta monografia o componente militar do mandato da ONUMOZ é muito relevante, o qual está directamente relacionado com o desarmamento, uma vez que falhas nesta componente podem representar uma pesada herança para o governo de Moçambique.

Durante o trabalho de campo para esta publicação, a maior parte dos Moçambicanos afirmaram que estavam satisfeitos com os resultados da missão das NU, e não hesitaram em mencionar, para reforçar a sua

opinião, a bem sucedida organização das primeiras eleições democráticas em 1994. O seu reconhecimento do apoio da ONUMOZ na consolidação da paz em Moçambique foi, no entanto, muito mais modesto e muitos comentaram que a ONUMOZ apenas participou e foi incluída num compromisso profundo para o estabelecimento da paz que já existia entre o povo Moçambicano.

“A população era a parte mais fraca no conflito.... Cansada das mortes, das mutilações, e outras privações da guerra, o povo estava disposto a aceitar qualquer coisa ... e o medo de voltar para a guerra levou a população civil a tomar medidas de reconciliação mesmo antes do cessar fogo ter entrado em vigor.”<sup>2</sup>

Um outro ponto de consenso foi a componente militar da ONUMOZ, que os Moçambicanos não hesitaram em considerar como um falhanço. Eles não são os únicos a fazer esta avaliação.<sup>3</sup> O facto de a maior parte dos documentos das NU sobre a ONUMOZ incluírem apenas alguns parágrafos sobre o processo de desarmamento, ao contrário dos debates extensivos sobre outros aspectos da missão, parece indicar o seu próprio descontentamento no que respeita a esta área do seu trabalho.

Com toda a justiça, deve ser dito que, considerando as circunstâncias políticas na altura, a missão das NU enfrentou escolhas difíceis, as quais requereram decisões rápidas num ambiente ainda contaminado por suspeitas mútuas entre as partes em conflito. Para salvaguardar o objectivo final - trazer a paz a um país envolvido em conflito durante mais de 30 anos - foi necessário fazer compromissos. Para além disso, alguns dos problemas existentes parece terem sido criados mais pelo Governo de Moçambique (GdM ) dessa altura, do que por falta de vontade ou capacidade das NU para os resolver. Apesar de tudo, o facto é que quando as NU se retiraram no fim de 1994 o GdM recebeu como herança forças armadas descontentes, instituições paramilitares com pessoal em excesso, e a combinação volátil de soldados desmobilizados desempregados bem como esconderijos de armas dispersos pelo país, num ambiente económico que oferecia poucas oportunidades. Para além disto, as armas recolhidas durante o período da ONUMOZ foram entregues ao GdM, a fim de armar um exército já armado em excesso e que tinha pouca capacidade para gerir o armamento sob o sua supervisão.<sup>4</sup>

A falta de um embargo de armas a Moçambique durante o processo de desarmamento da ONUMOZ também significa que novo equipamento

possa ter sido importado por ambas as partes durante esse período.<sup>5</sup> Isto, por outro lado, significou também que esconderijos de armas desguarnecidos podiam ter sido rearmados, ou mudados para outras áreas, com equipamento novo. Apesar de não haver evidência concreta que qualquer das partes estivesse a importar armas durante este período de actividade da ONUMOZ – o movimento parecia ser mais para fora do que para dentro de Moçambique – a recolha de armas novas em algumas comunidades pode ajudar a confirmar a reivindicação de que havia importação de armas durante o período de operação da missão da ONUMOZ.<sup>6</sup>

Estimativas sobre o número de armas pequenas e armas ligeiras (SALW) distribuídas à população Moçambicana durante a guerra são diversas e variam entre 1,5 e 6 milhões.<sup>7</sup> Esta monografia não especula com estes números. É suficiente afirmar que grande número de armas foi distribuído por ambos os lados e é opinião geral que apenas uma pequena porção destas armas foi entregue à ONUMOZ. Segundo um dos entrevistados presentemente nas forças armadas, soldados e oficiais recebiam mais do que uma arma durante a guerra. Sempre que eram transferidos para um novo posto, recebiam mais uma arma, ou um conjunto de armas (por ex: Uma arma de pequeno porte (pistola) e uma espingarda ). Apesar de deverem obrigatoriedade deixar as armas recebidas no quartel em que estavam antes de partir para assumirem os seus novos postos, a maior parte não o fez. Isto significa que soldados podiam acumular várias armas não registadas. Na altura da desmobilização, com poucas esperanças no futuro, muitos soldados e oficiais apenas devolveram as armas que quiseram ou apenas as que tinham defeitos.<sup>8</sup>

De acordo com esta mesma fonte, a ONUMOZ recolheu cerca de 200.000 SALW e entregou-as ao GdM; 24.000 estão registadas como tendo sido destruídas.<sup>9</sup> Apesar de a ONUMOZ ter mostrado interesse em destruir um aior número de SALW, o GdM não o permitiu.<sup>10</sup> A enorme diferença entre o número de armas recolhidas pela ONUMOZ e o número estimativo das que foram distribuídas, mesmo que se considerem apenas os valores mais baixos, dá uma boa ideia do problema que ficou por resolver:

- forças armadas com excesso de equipamento ( os principais vencidos no processo de paz ) com pouca capacidade para gerir os armamento existente.
- instituições paramilitares com excesso de pessoal
- esconderijos de armas não registados, de ambos os lados, espalhados por

todo o país

- um “exército” de soldados desmobilizados e desempregados com conhecimento e acesso a armas escondidas.

## **A Necessidade de Prosseguir com o Desarmamento**

Se o impacto dos problemas que afligiam tanto as forças armadas como as instituições paramilitares não fosse de imediato evidente, o falhanço na recolha e destruição de armas utilizadas durante a guerra bem cedo se tornou claro. Enquanto a ONUMOZ deixava o país cuja segurança devia ter garantido, os índices de criminalidade em Moçambique subiam dramaticamente, particularmente nos centros urbanos. A guerra já não era um problema, mas a segurança dos cidadãos Moçambicanos estava de novo ameaçada. Para além disto, era aparente que esta ameaça estava a transbordar para os países vizinhos, principalmente a África do Sul. Talvez ainda mais do que durante a guerra, a insegurança Moçambicana tomava agora dimensões regionais.

## **A Situação em Relação ao Crime**

O número de crimes relatados em Moçambique aumentou de 30.579 em 1994 para 37.396 em 1995 e para 42.967 em 1996, um aumento de treze por cento.<sup>11</sup> Como as estatísticas não são separadas, é difícil saber quantos destes incidentes incluíram o uso de armas de fogo. Contudo, dada a conhecida relutância dos Moçambicanos em relatarem crimes às autoridades (ver capítulo 4)<sup>12</sup> pode assumir-se que uma grande percentagem destes números representa crime violento. Fontes formais e informais parecem estar de acordo que o crime violento atingiu os valores mais altos no período 1996/1997 e decresceu a partir de então.<sup>13</sup> O que quer que as estatísticas digam, a percepção depois de 1994 era de que o crime violento estava a aumentar nos centros urbanos em Moçambique, assim como ao longo das estradas principais, deste modo limitando a mobilidade, o investimento, e impedindo a circulação livre de pessoas e mercadorias. Em 1995 o GdM reconheceu que grandes quantidades de armas ilegais estavam em circulação em Moçambique, e anunciou um plano mestre para tratar da questão. O plano permitia a colocação de unidades especiais de reacção rápida nas estradas principais e áreas mais afectadas pelo crime, re-estabelecimento de comandos distritais de polícia e proporcionava uma maior co-operação com as forças policiais dos países vizinhos.<sup>14</sup>

## **Impacto Regional**

À medida que a situação da criminalidade se agravava em Moçambique, o governo da África do Sul enfrentava problemas semelhantes com o aumento da criminalidade urbana, enquanto, simultaneamente, se debatia com o conflito interno, incluindo as guerras dos táxis no Kwazulu-Natal. Também era evidente que tanto o crime violento urbano como o conflito estavam sendo alimentados com armas fluindo de Moçambique para a África do Sul. Os países da África Austral ainda debatiam a institucionalização da cooperação policial regional e, portanto, não havia uma organização para tal cooperação<sup>15</sup> mas os governos dos dois países concordaram que não podiam esperar mais tempo por um enquadramento mais vasto. A estabilidade social, o desenvolvimento e a democracia em ambos os países estavam sendo ameaçados. Um problema tinha sido claramente identificado: SALW ilegais fluíam de Moçambique para a África do Sul, alimentando o crime violento e o conflito. A origem destas armas também era conhecida: eram os restos da guerra Moçambicana que haviam sido escondidos. Uma estratégia rápida tinha que ser desenvolvida. Foi neste contexto que o Presidente Mandela e o Presidente Chissano acordaram sobre um processo comum para refrear a transferência de SALW ilegais de Moçambique para a África do Sul – a destruição de esconderijos de armas em Moçambique. Este programa de cooperação viria a ser chamado Operação Rachel e provou ser uma das iniciativas mais bem sucedidas do seu género.

## **Operação Rachel**

Apesar de a África do Sul e Moçambique terem motivações diferentes, tinham no entanto um objectivo comum: a destruição de esconderijos de armas contendo os restos da guerra e a limitação das redes criminais entre os dois países. Para o Serviço de Polícia Sul Africano (SAPS), este programa estava no âmbito do mais vasto combate ao crime urbano violento. O objectivo de Moçambique era o desarmamento geral do país, principalmente das áreas rurais.

Foi este objectivo comum que permitiu a ambos os países juntarem os seus recursos e ultrapassar as fronteiras nacionais: o SAPS dispunha dos meios e dos recursos, os quais podiam ser complementados com o conhecimento do terreno e a legitimidade para a intervenção por parte de Moçambique. O modo de agir normal seria combinar estes recursos em operações conjuntas no interior de Moçambique e isto foi o que aconteceu – equipas da polícia

Sul Africana e Moçambicana entraram no seio das comunidades com o fim de destruir esconderijos de armas. É igualmente notável que, por trabalharem em conjunto, estas equipas ultrapassavam décadas de desconfiança entre os dois países o que serve bem para ilustrar a capacidade e as possibilidades da cooperação regional.

O sucesso da Operação Rachel, iniciada em 1995 e ainda em curso, é inquestionável – no decurso das nove operações que tiveram lugar em meados de 2003, foram descobertos mais de 600 esconderijos de armas e várias toneladas de armamento e munições foram destruídos. Antes do início da Operação Rachel o preço no Soweto de uma AK-47 (a arma mais utilizada durante o conflito Moçambicano) era de cerca de R100.00 ( USD \$14 ); hoje em dia, a mesma arma custa R3000.00 (USD \$430 ),<sup>16</sup> o que é um indicador impressionante. Mas o sucesso da Operação Rachel parece ir muito além do impacto directo da destruição de SALW.

## **Ultrapassando Constrangimentos Históricos**

As operações no âmbito da Operação Rachel são baseadas em informações recolhidas no seio das comunidades Moçambicanas, assim contribuindo para o estabelecimento de confiança entre os cidadãos e a polícia e entre instituições no sector da segurança; as informações recolhidas são distribuídas pela polícia dos dois países e as intervenções são planeadas em conjunto, edificando assim capacidade e laços entre os dois países que se suspeitaram mutuamente durante décadas. Comunidades que há vinte anos teriam fugido assim que avistassem um uniforme Sul Africano recebem com agrado as equipas da polícia Sul Africana e Moçambicana, que consideram como companheiros no empenho contra a presença de SALW no seu seio. A contribuição destas iniciativas para a mudança da mentalidade colectiva não deve ser menosprezada.

A Operação Rachel estabeleceu as fundações para a posterior cooperação entre os dois países. As operações são prova de que ressentimentos históricos podem ser ultrapassados; que operações conjuntas podem ser um veículo potente para a edificação de capacidades; que objectivos comuns podem ser um factor de motivação importante; que a vontade política é fundamental para ultrapassar certos constrangimentos; e que pessoas com as mesmas ideias existem de ambos os lados das fronteiras. Claramente, operações do tipo Rachel podem contribuir fortemente para a edificação da paz na região.

## **O Desarmamento como Corolário**

No entanto, a Operação Rachel não foi concebida como uma iniciativa de desarmamento para Moçambique mas antes, como uma medida para impedir e controlar a transferência de SALW de Moçambique para a África do Sul. O desarmamento parece ser um derivado desta estratégia e não tanto como o objectivo principal. A Operação Rachel foi considerada como um dos meios para a prevenção do crime na África do Sul, tendo os meios financeiros sido dados, na sua maior parte, pelo orçamento do Serviço de Polícia Sul Africano (SAPS). Apesar da polícia Moçambicana ter desejado abranger a totalidade do território, o SAPS estava inicialmente mais interessado na parte sul do país, uma vez que era mais provável que as armas aí escondidas acabariam por entrar na África do Sul.

Nos estágios iniciais da Operação Rachel o objectivo comum de destruir os esconderijos de armas foi o elo de união das instituições de ambos os países. Posteriormente, começaram a vir à tona diferentes motivações, as quais afectaram o planeamento das operações – quanto mais para norte os esconderijos se encontravam, mais dispendiosas se tornavam as operações, mais tempo era necessário e mais difíceis eram os preparativos logísticos. Moçambique não dispunha nem da capacidade nem dos recursos para continuar por si só e a África do Sul não desejava investir fundos em iniciativas onde colheria poucos benefícios. O Serviço de Polícia Sul Africano, no entanto, estava disposto a continuar a melhorar a capacidade da polícia Moçambicana e a contribuir com pessoal, meios e tempo. O problema dos recursos foi ultrapassado quando doadores começaram a contribuir com a maior parte do orçamento da Operação Rachel – em 2003, pela primeira vez desde o início da operação, Rachel foi alargada a todas as províncias de Moçambique com excepção de duas: Inhambane e Sofala. Ambas estas províncias já tinham sido cobertas em operações anteriores – Inhambane com sete incursões e Sofala com dez, de um total de 19 operações.

## **A Necessidade de Iniciativas Nacionais de Desarmamento**

A sustentabilidade das contribuições da África do Sul para iniciativas com pouco impacto no país pode eventualmente vir a ser questionada. A tendência parece ser para o apoio da África do Sul diminuir e para Moçambique passar a ter um papel de maior liderança nas iniciativas de desarmamento nacional. Devido à escassez de recursos do governo

Moçambicano, é provável que tais iniciativas de desarmamento requeiram o apoio de um doador, ou mesmo de vários doadores. Uma tentativa anterior, por parte de um doador, para fornecer fundos directamente ao Ministério do Interior no contexto da Operação Rachel, dando assim à polícia Moçambicana maior autonomia para planear e executar intervenções específicas de desarmamento, encontrou obstáculos intransponíveis e o financiamento acabou finalmente por ser feito através da África do Sul.

O desarmamento deverá provavelmente continuar a ser necessário por mais alguns anos em Moçambique, requerendo uma estratégia integrada que vá para além das presentes operações da Operação Rachel. A polícia em Moçambique levou a cabo algumas intervenções para 'desactivar' esconderijos de armas. Contudo, o significado de 'desactivar' não foi claro para a equipa de pesquisa. Segundo alguns dos entrevistados, o material é normalmente destruído pelas forças armadas Moçambicanas; segundo outros, é armazenado e posteriormente destruído no decurso das operações Rachel seguintes, uma vez que Moçambique não tem meios para proceder à sua destruição; finalmente, segundo outros ainda, este equipamento é armazenado e mais tarde será 'escolhido ou separado'.

Para alguns entrevistados o material é normalmente destruído pelas forças armadas Moçambicanas; de acordo com a avaliação da equipa de pesquisa, as três diferentes afirmações são provavelmente verdadeiras e a desactivação, pela polícia Moçambicana, de tais esconderijos de armas acontece de uma forma *ad hoc* devido à inexistência de uma estratégia consolidada. A existência das operações Rachel pode, até agora, ter ocultado a necessidade de um processo integrado para o desarmamento mas o Ministério do Interior, como a principal instituição no interior de Moçambique, pode julgar necessário começar a desenvolver estratégias para um desarmamento que seja permanente, transparente e sustentável em Moçambique.

## **O Projecto TAE**

Paralelamente às iniciativas de desarmamento dirigidas pelo governo, como a Operação Rachel, a sociedade civil Moçambicana também está a contribuir para este esforço com o projecto Enxadas por Armas (TAE) do Conselho Cristão de Moçambique (CCM). Este projecto cobre presentemente 26% do território Moçambicano e, em Agosto de 2001, já tinha trocado 795.856 chapas de zinco, 1.808 bicicletas, 674 máquinas de costura, 1 tractor, 2.969 enxadas, 532 arados, 202 portas, 402 janelas, 78 utensílios de

cozinha, 68 facas de cortar capim e 600Kg de diferentes sementes por 200.000 armas e munições.<sup>17</sup> Segundo a mesma fonte o projecto beneficiou cerca de 26.000 famílias. Apesar do projecto TAE ser dirigido inicialmente a indivíduos possuidores de armas, cedo foi verificado que as armas que estavam sendo trocadas, eram, de facto, provenientes de esconderijos em vez de indivíduos privados. Isto criou vários problemas que não tinham sido previstos na concepção original do projecto: o transporte ocasional de grandes quantidades de SALW dos esconderijos para o armazém do TAE; o armazenamento e controle das SALW armazenadas; e o que fazer com as informações obtidas sobre esconderijos de armas.

Através destas adaptações, o projecto TAE é considerado hoje com complementar da Operação Rachel e não como um programa autónomo. O TAE é informado previamente sobre uma operação Rachel, uma vez que necessita dos recursos trazidos pelos Sul Africanos para a destruição das armas recolhidas. Trabalhadores do TAE afirmaram à equipa de pesquisa que contam com a capacidade Sul Africana para destruir grandes quantidades de armas, uma vez que a polícia Moçambicana não tem os fundos necessários para permitir tal destruição. Isto cria um problema significativo dado que o TAE tem muitas vezes que armazenar e controlar grandes quantidades de SALW enquanto aguarda pela operação Rachel seguinte. Entregar este equipamento à polícia não parece ser uma solução aceitável, devido à distinta falta de capacidade da polícia Moçambicana para gerir o armamento sob a sua supervisão.

## **Complementaridade e Riscos**

De acordo com um trabalhador do TAE, a complementaridade de métodos entre as duas iniciativas é reforçada pelo facto de ambos o TAE e a Operação Rachel utilizarem a mesma rede de informadores, com o TAE a fornecer à Operação Rachel informações obtidas em áreas menos acessíveis ou onde haja mais desconfiança da polícia.. A inclusão de uma organização da sociedade civil no enquadramento de uma iniciativa dirigida pelo governo funcionou até agora muito bem e é louvável, mas implica um risco importante – uma associação muito próxima entre o TAE e iniciativas governamentais pode criar preocupações não só nas comunidades locais como também entre os doadores. As comunidades parecem estar mais à vontade em passar informações sensíveis sobre esconderijos de armas ao TAE do que à polícia. Se elas se apercebem da proximidade da realação entre o TAE e a polícia, esta confiança pode ser afectada ou destruída. Do mesmo

modo, alguns doadores preferem financiar organizações da sociedade civil se estão impossibilitados ou não querem financiar certas agências governamentais, e também isto pode ficar comprometido.

Mas a estreita associação entre o TAE e a Operação Rachel tem também um lado muito positivo - dá ao TAE a influência quando a destruição de esconderijos de armas tem de ser negociada com os seus proprietários. Segundo trabalhadores do TAE, a maior parte dos esconderijos existentes pertence aos “grandes chefes” (sic). Afirmaram que muitas vezes têm que ir ao parlamento para falar com os proprietários das SALW ainda escondidas em Moçambique – e para tentar convencê-los a autorizar a sua remoção.

“ Nos tempos que correm, a educação cívica está a ser feita mais no parlamento do que nas comunidades” graceja um dos funcionários do TAE. “ As armas pertencem aos partidos políticos. Recolhemos grandes quantidades de SALW em Tete e Sofala com autoriação dos donos dos esconderijos. Presntemente temos conhecimento de um outro grande esconderijo de armas no norte de Moçambique. Este esconderijo tem estado a ser protegido por três turnos de guardas. Conseguimos convencer os guardas de um dos turnos a entregar-nos algumas das armas. Eles têm vindo a fazê-lo e SALW têm-nos sido entregues sem que os outros turnos disso tenham conhecimento. Isto é necessariamente um processo muito lento pois não podem ser levantadas suspeitas. Ao mesmo tempo, estamos a tentar convencer o proprietário a autorizar a destruição do esconderijo na sua totalidade. Há um outro que ainda se encontra rodeado de minas. Estamos a trabalhar com alguns funcionários a fim de conseguirmos acesso a este esconderijo. Está situado na província de Inhambane.”<sup>18</sup>

### Planeamento de projectos e a realidade

O desafio para o projecto TAE é a diferença entre o planeamento do projecto e a realidade da sua implementação. Enquanto as intervenções do TAE e os incentivos oferecidos parecem adequados para proprietários de armas individuais, o projecto não previu ter que lidar com esconderijos de armas. Contudo, tendo que enfrentar a realidade dos esconderijos de armas, o pessoal do TAE assumiu o desafio e concebeu métodos inovativos de lidar com o problema. “E possível que a destruição de esconderijos de armas seja necessária em Moçambique por forma a desenvolver a confiança dos proprietários individuais em entregarem as suas armas. Se assim for, talvez o

processo original do TAE tenha sido antes do seu tempo. Isto parece plausível uma vez que agora que os esconderijos de armas estão a diminuir nas áreas em que o TAE opera, mais proprietários individuais estão a aproximar-se para trocar as suas armas por ferramentas.

O trabalho do TAE com as comunidades no que respeita a esconderijos de armas é importante e devia ser incorporado nas iniciativas e incentivos do seu projecto, tornando-os relevantes em relação à realidade no terreno. O TAE tem um posicionamento único ao nível das comunidades.

## **A Importância dos Esconderijos de Armas**

A afirmação dos trabalhadores do TAE de que a maior parte dos esconderijos de armas são presentemente propriedade de partidos políticos em Moçambique pode contribuir para elucidar as percepções em mudança e devia ser tomada em consideração para o planeamento de qualquer estratégia de desarmamento. Isto é particularmente reforçado quando trabalhadores do TAE também afirmam que:

“... estes proprietários estão normalmente abertos a falar connosco. A única resistência que encontrámos até agora tem sido em termos de precaução, em termos de colaboração e nunca por resistência apenas. Estes funcionários e partidos políticos não querem ser associados a estes esconderijos pois as suas melhores oportunidades políticas existem quando eles falam de paz e não de vingança”.<sup>19</sup>

Na sua monografia sobre a situação do fluxo de armas em Moçambique, Martinho Chachiua considera três origens para as SALW em Moçambique: a) esconderijos pertencentes a ambos os partidos em conflito; b) esconderijos pertencentes a soldados desmobilizados ou que estão ainda ao serviço activo das forças armadas; c) armas mantidas por cidadãos individuais.<sup>20</sup>

Moçambique teve as suas primeiras eleições democráticas, presidenciais e parlamentares, em 1994, dois anos depois de ter assinado o AGP. A experiência das primeiras eleições em Angola supervisionadas pelas NU, era ainda muito recente para ser facilmente ignorada e, embora os Moçambicanos desejassem a paz, ambos os partidos em conflito ainda se suspeitavam mutuamente. E assim, mantiveram os seus esconderijos de armas, o que lhes dava poder no caso do processo eleitoral correr mal. Tal como aconteceu, as primeiras eleições Moçambicanas foram um sucesso

tremendo com mais de 85% do eleitorado a votar, dando ao partido dominante, Frelimo, 129 lugares no parlamento e 112 à Renamo. O candidato presidencial da Frelimo, Joaquim Chissano, recebeu 53,3% dos votos, enquanto o candidato da Renamo, Afonso Dhlakama, recebeu 33,7%

Mas a edificação da confiança é lenta e o processo eleitoral foi marcado pelo boicote, durante um dia, por parte da Renamo. Para além disto, na altura em que a estabilidade política emergia, a insegurança também estava a aumentar. A criminalidade aumentava drasticamente e viajar nas estradas principais de Moçambique estava a tornar-se de novo inseguro. É portanto concebível que, no período a seguir às primeiras eleições, tanto a Renamo como a Frelimo ainda manteriam os seus esconderijos de armas – a Renamo para manter alguma força política, a Frelimo para garantir a supremacia militar. Dada a importância política que estes esconderijos ainda tinham na altura, pode ser presumido que os guardas que deles tomavam conta recebiam os seus salários, assim diminuindo a tentação de vender as armas ou ainda as informações sobre os locais onde se encontravam a terceiros partes.

Autores, escrevendo sobre as SALW em Moçambique, estabelecem a ligação entre as armas utilizadas na prática do crime em 1994/1995 e soldados desmobilizados. Vines, que trabalhou extensivamente com soldados desmobilizados, apresenta esta ligação através de entrevistas com contrabandistas Moçambicanos de armas.<sup>21</sup>

## **Impacto das Iniciativas de Desarmamento em Percepções**

Talvez o melhor indicador do sucesso de ambos estes programas – Operação Rachel e TAE – seja a mudança de percepções sobre a origem das armas utilizadas na prática de crimes. Enquanto em 1994/1995 ninguém hesitaria em atribuir a origem das armas usadas na prática de crimes a esconderijos de armas contendo restos da guerra e à sua utilização e provisão por soldados desmobilizados, as percepções sobre este assunto parecem ser hoje diferentes. A percepção geral da ligação entre soldados desmobilizados e a criminalidade foi debatida por várias pessoas durante o trabalho de campo, apesar de ser a que se mantém.

Segundo disse um funcionário do ministério do interior:

“Armas são utilizadas ocasionalmente, mas nem sempre, para cometer

crimes. Muitos criminosos são de meia idade, soldados desmobilizados e desempregados. Por exemplo, o assassino de Siba Siba<sup>22</sup> foi a um soldado da Casa Militar, treinado pelos chineses. As armas utilizadas são principalmente pistolas AKM e Makarov – restos da guerra, pois alguns criminosos têm ligações com pessoas que, durante a guerra, foram colocadas a tomar conta dos esconderijos de armas. Outras armas são alugadas a pessoas que são seus proprietários legais ou foram compradas a pessoas encarregadas de guardar esconderijos.... No Maputo há dois tipos de crime – crime organizado e pequeno crime por razões de ordem económica. Tendem a utilizar o mesmo tipo de armas, apenas alguns crimes organizados utilizam outras táticas, principalmente quando os criminosos foram soldados previamente ( por exemplo, o caso de Siba Siba ) – Os soldados, previamente afectos à Casa Militar, que garantem a segurança ao governo, são conhecidos dos chefes do crime organizado... Alguns soldados desmobilizados preferem dizer que estão desempregados a dizer que foram membros da Casa Militar.”<sup>23</sup>

Membros de organizações não governamentais (ONGs) trabalhando com soldados desmobilizados refutam a percepção de que soldados desmobilizados são mais propensos a cometer crimes do que qualquer outro grupo. Durante o inquérito levado a cabo em Chimoio, nenhum dos respondentes mencionou soldados desmobilizados em relação ao crime. Sem querer ir muito longe neste debate, é possível que esta dupla percepção possa estar ligada à existência de esconderijos de armas e ao impacto das iniciativas de desarmamento ainda a decorrer em Moçambique. É possível que soldados desmobilizados não sejam mais propensos a cometer crimes do que outros grupos, mas dadas as dificuldades económicas com que muitos deles vivem e dado o acesso que podem ter tido a armas escondidas, é difícil acreditar que alguns não tivessem sido tentados a vender estas armas a quem as quizesse comprar, incluindo redes criminosas. Este pode ter sido o caso imediatamente após 1994, mas à medida que mais esconderijos estão sendo destruídos, este tipo de oferta pode estar a diminuir fazendo dissipar desta forma a percepção da ligação entre soldados desmobilizados e o crime. Cada esconderijo desmantelado é menos uma fonte de armas, qualquer que seja a natureza do mercado.

Funcionários do governo e trabalhadores das ONGs têm afirmado com frequência que as armas capturadas relativamente à criminalidade parecem ser novas e não restos da guerra. Segundo um trabalhador baseado na comunidade, “quando vamos às comunidades, conseguimos recolher armas que são absolutamente novas. De onde é que elas vêm? E por que é que eles

as trazem a nós, em vez de as entregarem para destruição?"<sup>24</sup> A resposta óbvia parece ser que eles podem não ter confiança nas instituições governamentais para gerir essas armas.

Apenas podemos especular sobre a origem dessas armas novas: se provêm de esconderijos, então a suspeita da ONUMOZ de que ambos os partidos no conflito estavam a importar armamento na altura, parece ter sido substanciada. Mas há ainda outra origem possível para estas armas e essa é a dos armamentos sob a supervisão do governo. Esta parece ser a percepção mais comum nos tempos que correm em Moçambique – que o crime está sendo cometido com armas alugadas ou vendidas por polícias ou soldados aos criminosos. O inquérito realizado em Chimoio parece confirmar esta percepção generalizada.

No seu discurso ao Parlamento, em Fevereiro de 2003, o Procurador Geral da Justiça em Moçambique substancia esta percepção ao mencionar especificamente o que ele considera ser dois tipos de crimes militares a serem cometidos presentemente em Moçambique: 1) o roubo de equipamento militar para venda, e 2) o empréstimo ou aluguer de armamento de guerra a criminosos:

“...Contudo, temos que admitir que há crimes militares que não desapareceram com o fim da guerra. Alguns exemplos são:

- Situações tais como na Beira onde, devido a manifesta irresponsabilidade, alguns oficiais utilizaram armamentos de guerra contra a polícia, ao atacarem uma estação da polícia;
- o roubo de equipamento militar e a sua venda subsequente;
- o empréstimo ou aluguer de armamento a criminosos para as suas actividades criminais;
- a falta de comparência dos que foram escolhidos para prestar o Serviço Militar Obrigatório na altura da incorporação e outras infracções não relacionadas directamente com a situação de guerra mas que deviam ser evitadas por meio de medidas especiais”<sup>25</sup>

Este problema serve para realçar a necessidade de, em Moçambique, se ter em consideração o sector da segurança, no seu todo, como parte de uma estratégia de prevenção e controle de SALW e da redução da criminalidade na região. Dez anos depois do AGP parece ser altura para o GdM e os doadores olharem para este sector com o objectivo da sua integração no contexto duma visão mais vasta do desenvolvimento e da erradicação da

pobreza.

A questão das “armas novas” encontradas, como mencionado por vários dos entrevistados, manteve-se confusa para a equipa de pesquisa. Pessoas ligadas à Operação Rachel e ao projecto TAE mencionaram com frequência que algumas armas em esconderijos parece nunca terem sido usadas e, também, que a maior parte do equipamento está em boas condições de funcionamento. Alguns dos trabalhadores das ONGs foram categóricos ao afirmar que tais armas “novas” não podiam ter estado em esconderijos, embora não tivessem conseguido substanciar as suas afirmações.

Este caso serve como um bom exemplo para ilustrar a necessidade de se criar um sistema de marcação para as armas utilizadas pela polícia e pelos militares em Moçambique. Na ausência de um tal sistema, será difícil diminuir a especulação sobre a origem das armas utilizadas na criminalidade. É no interesse do GdM implementar tal marcação, assim permitindo um quadro mais exacto da relação entre os proprietários de armas legais ou ilegais em Moçambique.

## Notas

1. Ver<[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/onumozM.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/onumozM.htm)> (Abril 2003).
2. M Chachia & M Malan, “Anormalidades e aquiescência: o processo de paz Moçambicano revisitado”, *African Security Revue* 7 (4), 1998, <<http://www.iss.co.za/Pubs/ASR/7No4/Anomalies/html>> (Outubro2003).
3. Num email de um estudante da univ.de Nova Yrk para o embaixador Kamal, datado de 6 de Nov de 2000, sobre a ONUMOZ, a missão é considerada como tendo falhado em 3 aspectos: do desarmamento, a reintegração dos antigos combatentes e poucas armas destruídas. Documento disponível em <<http://www.geocities.com/decharles-24/assignment7.html>> (Abril 2003).
4. A Vines, “A luta continua: destruição de armas ligeiras em Moçambique”, Basic Papers, Abril 1998, Número 25, 1998, <<http://www.basicint.org/pubs/Papers/BP25.htm>> (Junho 2003). Não há clareza sobre a origem dos dados que Vines obteve e que permitissem fazer tal afirmação mas, se as FADM não estavam armadas

- em excesso antes da ONUMOZ, por certo estavam armadas em excesso depois da ONUMOZ. Em 1994, quando a ONUMOZ partiu, o exército tinha um total de cerca de 12.000 soldados e oficiais e a ONUMOZ entregou cerca de 200.000 SALW a esta força.
5. BASIC, África: o desafio da destruição de armas ligeiras durante missões de manutenção de paz, Basic Papers, Dezembro 1997, Número23, <<http://www.basicint.org/pubs/Papers/BP23.htm>> (Outubro 2003).
  6. Entrevista pessoal com um trabalhador da ONG em Maio de 2003. A mesma afirmação foi feita por representantes da sociedade civil durante o encontro em Setembro.
  7. Vines, op.cit.
  8. Entrevista pessoal em Agosto de 2003.
  9. Este número parece estar de acordo com as quantidades citadas por M Chachia, “*A situação do fluxo de armas em Moçambique*”, ISS, Monografia 34, 1999, <<http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No34/TheStatus.html>> (October 2003).
  10. A Vines, op.cit.
  11. M Chachia, “Segurança interna em Moçambique: preocupações contra políticas”, *African Security Review* 9 (1), 2000, <<http://www.iss.co.za/Pubs/ASR/9No1/%20SecurityMozambique.html>>, (Outubro de 2003).
  12. Esta relutância em comunicar os crimes tem sido notada pela maior parte dos autores escrevendo sobre questões criminais em Moçambique.
  13. Entrevistas pessoais com funcionários do governo e cidadãos durante a pesquisa no terreno.
  14. A Vines, op.cit.
  15. N Stott, Aprender com a prática: Recolha de armas na África Austral, uma avaliação da Operação Rachel, Instituto de Estudos de Segurança, a ser publicado.
  16. N Stott, op.cit.
  17. Discurso de acolhimento pelo Secretário Geral do CCM, Rev. Lucas Amosse, durante a Conferência Nacional sobre a Proliferação de SALW

ilegais , Maputo, Agosto 29-31 de 2001. Disponível em <[http://www.armas.tropical.co.mz/\(docs\)sgccm.htm](http://www.armas.tropical.co.mz/(docs)sgccm.htm)>. O número de 200,000 armas inclui munições. Uma avaliação do projecto, feita pela BICC mais recentemente, ainda não publicada, afirma que o TAE recolheu mais de 7.000 armas de fogo e mais de 200.000 munições desde o início do projecto.

18. Entrevista pessoal em Julho de 2003
19. Entrevista pessoal em Junho de 2003.
20. M Chachiua, *“A situação do fluxo de armas em Moçambique”*, op.cit.
21. A Vines, op.cit.
22. Siba Siba Macuácuera um jovem economista Moçambicano que procedia à auditoria das contas do Banco Austral, cujos fundos foram aparentemente usurpados pela corrupção ao nível dos escalões mais altos do partido Frelimo. Carlos Cardoso estava a investigar um caso semelhante num outro banco, o BCM, na altura da sua morte. Siba Siba “caiu” do sétimo andar do edifício e a sua morte foi inicialmente atribuída a acidente ou suicídio. Mais tarde , um soldado desmobilizado foi preso como sendo o seu assassino. A família de Siba Siba está presentemente a tentar conseguir que o assassino seja julgado.
23. Entrevista pessoal em Abril de 2003.  
Entrevista pessoal com um promotor de paz a trabalhar com uma ONG Moçambicana.  
Discurso do Procurador Geral da República, Dr. Joaquim Madeira, no Parlamento em 20 de Fevereiro de 2003. Dispnível no <http://www.govmoz.gov.mz/>

## CAPÍTULO 2

# REFORMA DO SECTOR DA SEGURANÇA

Seja qual for o número de iniciativas de desarmamento criativas que venham a ser desenvolvidas, nenhuma será bem sucedida se não for simultaneamente desenvolvida uma cultura institucional na mesma base e guiada por uma visão comum nacional dentro do sector da segurança.

O conceito de sector de segurança utilizado nesta monografia é baseado na definição dada por Nicole Ball, que identifica os actores principais no sector da segurança como:

- “Estruturas de defesa e informação: forças armadas; forças paramilitares; guarda costeira; milícias e serviços de informação;
- Organizações de justiça criminal: polícia, serviços judiciários e serviços correccionais;
- Gestão do sector da segurança e estruturas de supervisão: Legislaturas e comités legislativos; ministérios da defesa, interior, justiça, negócios estrangeiros; gabinete do presidente; e estruturas de gestão financeira (ministérios das finanças, escritórios para o orçamento, escritórios do Tribunal de Contas); outras estruturas de supervisão tais como mediadores para os direitos humanos, comissões de polícia;
- Instituições não fundamentalmente de segurança: alfândegas e outras estruturas uniformizadas”<sup>1</sup>

A história violenta de Moçambique criou uma cultura de violência, agressão e impunidade no seio do sector da segurança., a qual ainda hoje impregna as instituições de segurança e necessita de ser eliminada. O colonialismo veio para Moçambique com os contornos da ditadura fascista do colonizador, Portugal, e o sector da segurança foi utilizado para consolidar o regime e destruir qualquer espécie de oposição que eventualmente existisse. A polícia, por exemplo, estava habituada a impôr a ordem quaisquer que fossem os meios julgados necessários. Assim, as forças de segurança tornaram-se na face pública de um regime opressivo. As linhas de separação entre o exército, a polícia e os serviços secretos

eram suficientemente obscuras para criar a percepção de que qualquer delas apenas se preocupava com a manutenção da segurança do estado. Mais ainda, esta percepção, juntamente com a constante hostilização, afastou a população de dar qualquer espécie de apoio a estas instituições. Para os Moçambicanos, nos tempos do colonialismo, a vista de soldados ou polícias apenas significava más notícias.

Em Portugal continental esta imagem foi destruída quando as forças de segurança derrubaram o regime fascista opressivo. Contudo, em Moçambique, o quadro era diferente. Os Moçambicanos viram a administração colonial ser substituída por um partido, apoiado pela maioria da população, profundamente enraizado na cultura militar. A Frelimo tornou-se num partido político altamente militarizado em parte por força das circunstâncias e em parte por escolha própria.

Uma vez alcançada a independência, em 25 de Setembro de 1975, não houve oportunidade nem para desmilitarizar o partido Frelimo nem para reestruturar o sector da segurança. Cercado pelos regimes hostis da África do Sul e da Rodésia, Moçambique sentiu-se ameaçada, com justificação, e optou então pela necessidade de umas forças armadas fortes, capazes de defender o país contra a intervenção estrangeira. O Presidente Machel concebeu um exército profissional mas o período de paz foi demasiado curto para permitir o seu desenvolvimento. Pouco depois da independência, o então regime Rodesiano, aproveitando-se do descontentamento interno em relação à política marxista e irritado com o apoio que Moçambique dava a Mugabe, estabeleceu e apoiou o movimento Renamo em Moçambique. A guerra civil cedo devastou o país. Desta forma, a cultura de agressão inculcada nas forças de guerrilha durante a luta pela independência, nunca foi questionada mas sim, encorajada. Isto também significou que o braço militar do partido foi fortalecendo sua posição em vez de assumir um papel subordinado em relação à direcção política. O Ministério do Interior e os militares eram talvez as mais poderosas instituições durante a guerra civil e apenas respondiam perante o Presidente. Orçamentos e recrutamento, por exemplo, nunca eram questionados e as actividades do sector da segurança tinham lugar com pouca supervisão.

## **As Forças Armadas**

“O que as NU nunca compreenderam é que nunca se deve dismantelar um exército. Um exército é reformado.”<sup>2</sup> Este parece ser o sentimento

prevalecente entre os oficiais das forças armadas de Moçambique (FADM).<sup>3</sup> Mas este ressentimento contra a ONUMOZ pode ser parcialmente mal dirigido. As próprias forças armadas e o governo nessa altura contribuíram igualmente para a situação em que os militares se encontram presentemente. De facto, em vez de contribuir para a efectiva desmobilização das forças armadas e da sua reforma, o governo simplesmente transferiu um grande número de soldados para a polícia (fora do mandato da ONUMOZ) e deixou as forças armadas definharem, uma vez que eram então consideradas menos viáveis como resultado da incorporação de membros da Renamo, que estava em curso.

Mas os militares, por não terem conseguido arrumar a sua própria casa, também são responsáveis de estabelecerem a inacção. A altura pode não ter sido a mais adequada para a reforma do sector da segurança, uma vez que os militares de ambos os lados representavam a maior ameaça ao processo de paz. Os oficiais da Frelimo tinham tudo a perder. Salomons dá-nos um quadro exacto da situação no seio das forças armadas:

“... Enquanto a chefia de ambos os partidos estava empenhada em conseguir a paz, nem todos os seus discípulos o estavam. Os grandes vencidos no processo, em ambos os lados, eram os militares. Eles não tinham desempenhado um papel importante nas negociações de paz; de facto, pode argumentar-se que a direcção civil da Frelimo, ao definir o alcance do acordo de paz, tinha conseguido não apenas eliminar a ameaça da Renamo mas também o fardo esmagador dos seus próprios militares... Isto era o fim de uma indústria lucrativa. O Governo entregava todos os anos aos militares, de uma só vez, cerca de 240 milhões de dólares americanos, e os militares não eram responsáveis perante ninguém pela forma como este dinheiro era gasto. Quando vimos os quartéis delapidados, o equipamento a enferrujar à chuva, a falta de preparação das tropas, perguntamo-nos para onde teria ido este dinheiro – certamente não para qualquer infraestrutura militar. Quando ouvimos as queixas dos soldados acerca dos muitos meses em que não tinham sido pagos, também concluímos que o dinheiro não tinha sido gasto em salários. O Ministério das Finanças confirmou que o Exército nunca tinha apresentado uma lista dos salários, e que as estimativas sobre o número de soldados no activo nunca tinha sido verificado. ... Claramente, a desmilitarização de Moçambique iria limitar o campo de acção de alguns dos chefes militares...”<sup>4</sup>

Por seu lado, os oficiais da Renamo, em geral com baixos níveis de instrução e pouca competência para além da respeitante à guerra, recebiam a vida civil e sentiam-se inseguros sobre o seu papel nas novas forças armadas. A sua posição durante a guerra tinha sido alta e as suas posições e opiniões tinham sido respeitadas, mesmo que o fossem apenas por medo. A sua sobrevivência e a sobrevivência das suas famílias estavam garantidas enquanto a regra do 'poder está certo' prevalecesse. Suspeita-se que muitos estavam fortemente ligados a rotas de contrabando e a traficantes e que, assim, controlavam negócios que lhes davam rendimentos adicionais. O Acordo Geral de Paz (AGP) trouxe o fim a esta situação cómoda e fê-los enfrentar a possibilidade de um futuro duvidoso na vida civil. Para ambas, Renamo e Frelimo, a ONUMOZ representou uma grande oportunidade para truncar o poder de um sector que consideravam demasiado poderoso. Para o Governo de Moçambique (GdM), o exército era, há muito, um pesado encargo financeiro; para a Renamo, a transição de movimento armado para partido político significava que mais poder devia ser conferido ao seu braço político. A ONUMOZ oferecia a ambos os partidos uma oportunidade para dismantelar os seus sectores militares sem grande agitação e o bónus adicional de transferir tal responsabilidade para instituições estrangeiras.

## **A Desmobilização e as Novas Forças Armadas**

Apesar desta transição politico-militar, a desconfiança entre os dois partidos em conflito ainda era demasiado recente para permitir uma desmobilização completa em ambos os lados e, naturalmente queriam manter alguma forma de poder militar. A Frelimo podia contar com as milícias que tinha criado durante a guerra e também com os soldados que haviam sido transferidos para a polícia; A Renamo excluiu do processo de desmobilização alguns batalhões e tinha-os estacionados em zonas remotas. Suspeita-se, ainda hoje, que tais batalhões ainda existem – há muitos boatos sobre a existência de soldados da Renamo na área de Maringue; durante o inquérito feito no Chimoio, foi muitas vezes dito à equipa de pesquisa que havia dois batalhões de mulheres estavam ainda estacionados em redor de Inhaminga..<sup>5</sup> O resultado criou muitos dos problemas que o sector da segurança ainda hoje enfrenta – forças armadas descontentes, com pouca capacidade para proteger o território, apesar de armadas em excesso, e uma força policial com pessoal em excesso constituído por homens sem treino para o serviço policial.

O AGP , no Protocolo IV, previa a formação de novas forças armadas nacionais com um efectivo de 30.000 soldados provenientes de ambos os

lados (24.000 para o exército, 4.000 para a força aérea e 2.000 para a marinha). Este objectivo nunca foi alcançado apesar da nova lei militar que inclui o serviço militar obrigatório para todos os Moçambicanos a partir dos 18 anos.

Chefes militares entrevistados durante o trabalho no terreno queixam-se de que os benefícios dados pela ONUMOZ aos soldados que eram desmobilizados eram melhores do que aquilo que o exército podia oferecer e, portanto, muitos soldados preferiram ser desmobilizados a entrarem para o novo exército. A pesquisa realizada para esta monografia sobre a desmobilização em Moçambique sugere também outras razões, como por exemplo, a imagem negativa das forças armadas no seio das populações e ainda o facto de ter sido dada a possibilidade de escolha de se associarem às novas FADM a muito poucos.

Durante entrevistas com soldados desmobilizados, muitos afirmaram que tinham sido os seus chefes que tinham seleccionado aqueles que deviam ser integrados no novo exército;<sup>6</sup> apenas alguns puderam escolher e na amostra utilizada de inquiridos, todos os que puderam escolher recusaram a oferta. Nenhum exprimiu o desejo de voltar para o serviço militar e a sua maior parte expressou o mesmo desejo em relação aos seus filhos, afirmando que não gostariam de ver os seus filhos a cumprir o serviço militar. Muitos consideram o período que passaram na tropa como uma interrupção nas suas vidas normais. Também admitem que, se estivessem hoje com as forças armadas, as suas vidas seriam mais fáceis do ponto de vista económico, mas esta vantagem não parece suficientemente forte para justificar a sua entrada para as forças armadas.

Quaisquer que sejam as razões, a realidade é que, quando a ONUMOZ partiu, o que antes fora um exército poderoso na região, estava reduzido a cerca de 9.000 sargentos e oficiais e cerca de 3.000 soldados apeados, muitos dos quais demasiado idosos para a vida militar; quartéis e armazéns delapidados; frotas de aviões e barcos incapazes de serem movidos dos locais onde se encontravam; reservas enormes de armas de pequeno porte e armas ligeiras (SALW) com mecanismos de controle ineficazes. Estas condições materiais eram complementadas com a percepção de corrupção largamente disseminada nas fileiras e uma imagem pública que instilava o medo na população. Sem qualquer apoio significativo a este sector por parte de doadores e incapaz de atrair jovens para as forças militares, o GdM decidiu que não tinha outra escolha senão a de reintroduzir o serviço militar obrigatório.

## Recrutamento

O recrutamento obrigatório, contudo, não é o melhor meio de profissionalizar forças armadas. Calcula-se que anualmente 15 por cento dos recrutas seleccionados não se apresentam para o serviço militar e que aproximadamente 90 por cento dos que se apresentam deixam as forças armadas ao fim dos dois anos de serviço obrigatório. Os que decidem continuar nem sempre são os mais competentes.<sup>7</sup> A maior parte dos chefes militares entrevistados pela equipa de pesquisa, lamentaram esta situação - sabem que o recrutamento resulta da necessidade de admitir pessoal para um 'exército de generais' e meter soldados em quartéis quase abandonados em vez de fazer parte de uma estratégia de reforma.

O recurso ao recrutamento obrigatório tem sido controverso – a oposição no Parlamento questionou a racionalidade de tal exercício considerando os escassos meios financeiros do estado de Moçambique. Os jovens Moçambicanos, também não satisfeitos com esta medida, parece terem encontrado formas de a evadir. De acordo com a lei, todo o cidadão Moçambicano tem que se registar para o serviço militar no ano em que atinge os 18 anos de idade. O exército, então, depois dos necessários testes médicos, selecciona os mais aptos e treina-os durante dois anos. No entanto, a maior parte dos Moçambicanos, ao atingirem os dezoito anos, simplesmente não se registam e não há mecanismo legal que os obrigue a fazê-lo – sanções legais foram apenas previstas para os que se registam e não se apresentam quando chamados para as FADM.

O registo militar começou com um 'período extraordinário' de dois meses (Agosto e Setembro) em 1998. Contava-se que mais de um milhão de Moçambicanos se registasse mas, uma semana antes da data final, apenas 51.634 tinham sido registados; no final do exercício apenas 140 mil do milhão de recrutas que se esperava, tinham sido registados. O governo tinha previsto a inclusão de 3.000 recrutas mas acabou recrutando apenas 1.000, todos do sexo masculino.<sup>8</sup> Este padrão tem sido repetido todos os anos. Em 2003, dos cerca de 424.000 Moçambicanos que se esperava fazerem 18 anos, apenas 21.000 jovens foram registados.<sup>9</sup>

Os líderes militares estão conscientes das contribuições importantes que as forças de segurança podem fazer para a edificação da coesão e identidade nacionais. "A estrutura militar, com os seus princípios igualitários, é ideal para a reconciliação entre combatentes", afirmou um antigo general da Renamo, presentemente ao serviço das FADM.<sup>10</sup> Eles vêem o exército como

uma instituição capaz de estruturar, de alguma forma, uma sociedade cuja estrutura foi desfeita pela guerra civil; como uma instituição com o potencial para dar capacidade e integrar jovens que, de outra forma, terão poucas ou nenhuma oportunidade de treino / educação; como uma instituição merecedora de respeito e não de desprezo. E eles estão certos na sua avaliação daquilo que as FADM representam e podem vir a ser.

Presentemente as FADM têm aproximadamente 15.000 homens e mulheres, 9.000 dos quais são oficiais.<sup>11</sup> Para assistir na alimentação destas tropas, as FADM iniciaram recentemente um programa agrícola em certas áreas. Este programa também tem como objectivo aumentar a capacidade dos soldados. Membros das forças armadas passarão 40% do seu tempo na agricultura e pecuária e os restantes 60% em actividades militares.<sup>12</sup> As FADM procuram o apoio de doadores para estas actividades. Apesar de invulgares, tais intenções são dignas de louvor e mostram a grande vontade, no seio das FADM, de ultrapassar as dificuldades que encontram presentemente. Esta iniciativa criou algumas preocupações na sociedade civil em relação à legitimidade da utilização de soldados como fonte de trabalho e pode não encontrar simpatia no seio da comunidade internacional pelas mesmas razões mas tem que ser reconhecida pela forma como aborda a questão.

Os quartéis e paióis delapidados são uma preocupação constante, como justifica a explosão de um paiol de munições na Beira que foi atingido por um raio.<sup>13</sup> Estas facilidades que anteriormente estavam isoladas, estão agora envolvidas por populações e representam um risco não previsto na sua concepção. Mas estes quartéis e armazéns também representam bens imóveis que podem ser utilizados para outros fins e gerarem alguma receita – podem, por exemplo, ser vendidos ou alugados a outras instituições ou ao sector privado. A quantidade de infraestruturas de que as FADM precisam depende da sua própria natureza e, como tal, decisões sobre esta questão – quantas, que tipo e onde – deviam fazer parte de qualquer estratégia para a reforma do sector da segurança..

## **Reservas de Armamento**

No que respeita a armamentos, não foi possível obter o número exacto de armas controlado pelas FADM. No entanto, a questão central não devia ser sobre o número de armas mas antes, como é que o equipamento é registado, armazenado e controlado. Os entrevistados pareceram estar de acordo sobre o facto de as FADM estarem armadas em excesso, no sentido em que

as armas de fogo entregues pela ONUMOZ apenas, podem armar 10 vezes cada soldado, mas ninguém sabe ao certo até que ponto as FADM estão armadas em excesso. Quer dizer, em termos quantitativos, os números são elevados mas não foi feita a avaliação da qualidade do equipamento sob a supervisão das forças armadas presentemente. Há um sistema de registo para cada arma ou peça de equipamento na posse das FADM mas é um sistema manual de simples entradas num livro de registo, considerado como ineficaz e duvidoso. Durante o encontro realizado aquando do trabalho no terreno, participantes das FADM reconheceram a necessidade de ser feito um inventário dos armamentos e das instalações de armazenamento, reconhecendo também que tais inventários são parte integrante da mais vasta estratégia para a reforma.

## **A Polícia**

Se as forças armadas apresentam um quadro sombrio, as forças de polícia, apesar de receberem mais apoio, quer do governo quer de doadores, parecem sofrer de uma imagem igualmente danificada ao mesmo tempo que se debatem com os legados do processo de paz. Apesar do AGP requerer um novo exército constituído por homens de ambos os lados, tal cláusula não foi incluída para a polícia. Para além disso, o AGP também estipulou que ambos os exércitos deviam ser desarmados e desmobilizados mas as actividades policiais deviam continuar sob a esfera de acção da PRM- *Polícia da Republica de Moçambique*.

## **A Missão da CIVPOL**

A polícia representava assim o instrumento ideal para a Frelimo manter uma espécie de poderio militar, uma vez que não podia mais contar com o apoio de um exército da Frelimo. Muito tem sido escrito sobre as dificuldades que envolveram a missão da Polícia Civil das Nações Unidas (UNCIVPOL) em Moçambique, cujo mandato era "... observar o comportamento da força de polícia indígena durante este delicado período na história de Moçambique".<sup>14</sup> Tanto as NU como a Renamo queriam uma forte presença policial das NU para garantir a segurança pública enquanto a Frelimo viu tal presença como uma incursão na soberania nacional – sendo a segurança pública da competência do governo nacional. A Frelimo pode ter estado certa neste ponto, mas havia uma outra razão para limitar a CIVPOL – a transferência de pessoal militar para a polícia nacional tinha começado em 1990, com as

negociações de paz,<sup>15</sup> e continuaria ainda durante o período da missão da CIVPOL em Moçambique. Segundo Woods:

“Com a passagem to tempo, tornou-se cada vez mais claro aos oficiais da CIVPOL que tropas do governo e equipamento estavam a ser transferidos para a polícia, especialmente para a Guarda Presidencial... aos oficiais da CIVPOL era por vezes negado o acesso ao local onde pessoal e equipamento militar era suspeito de estar a ser convertido para uso pela polícia. Num caso, a uma delegação visitante do Conselho de Segurança foi mostrado inadvertidamente um campo de treino da polícia que não tinha sido declarado, onde recrutas da polícia estavam a ser treinados no uso de metralhadoras. Mais tarde, foi negado o acesso dos oficiais da CIVPOL ao campo de treino quando estes pediram para verificar o relatório.”<sup>16</sup>

O governo da época, talvez mais motivado sobrevivência política do que por preocupações com a segurança pública, retardou tanto quanto possível o destacamento da polícia civil das NU, cujos primeiros membros só chegaram em Setembro de 1993. Dada a falta de cooperação no seio da PRM e a pouca capacidade de muitos membros do contingente da CIVPOL, quando a CIVPOL partiu, em 1994, pouco tinha sido feito para melhorar a capacidade da PRM ou para melhorar a situação da criminalidade. Como Martinho Chachua afirma “ ... apesar do ambiente da segurança interna, caracterizado por violência criminal, a necessidade da sobrevivência política manteve as políticas de segurança separadas das necessidades de segurança.”<sup>17</sup>

## **Transferências das forças militares para a polícia**

Quaisquer que sejam as circunstâncias, a realidade é que, quando a ONUMOZ partiu, o GdM tinha uma força de polícia que era mais um corpo partidário do que uma instituição modernizada, possuindo excesso de pessoal que tinha recebido treino militar em vez de policial, pouca consideração ou conhecimentos em relação aos direitos humanos e procedimentos aceites internacionalmente, incapaz de acabar com o crime e uma força policial que a população considerava mais como inimiga do que amiga estava inundada por corrupção e operava com impunidade. Apesar disto, a transferência de pessoal militar para a polícia continuou – embora não houvesse novos recrutamentos entre 1994 e 1998, os efectivos subiram de 18.047 para 21.666.<sup>18</sup> Esta transferência significou que os problemas no seio das forças policiais, tais como baixos níveis de educação e treino

inadequado, estavam a ser aumentados em vez de resolvidos.

Uma outra consequência da transferência de pessoal militar para a polícia é o facto do orçamento ser gasto em salários para oficiais que possivelmente nunca quiseram ser polícias, desviando assim fundos que podiam ter sido destinados para a compra de equipamento e modernização da força policial. Também significou que não podia haver novo recrutamento de pessoal pois não havia orçamento para pagar mais salários.

Contudo, desde 1997, a PRM tem vindo a ser incluída em vários projectos de assistência bilateral, o que tem tido um impacto visível, como salientado por vários dos entrevistados. No entanto, nem todos os problemas do passado são solúveis com assistência; eles requerem antes vontade política traduzida em medidas práticas. A PRM começou a recrutar novos oficiais em 2003, o que é um bom sinal. Estes novos recrutas serão treinados na Academia da Polícia, estabelecida em 1999, com fundos provenientes de doadores.<sup>19</sup> A PRM tem, presentemente, um efectivo de cerca de 20.000 membros o que dá uma proporção de um polícia por cada 1.089 habitantes, um valor baixo se considerarmos as dimensões do país (o excesso de pessoal nas forças da polícia está relacionado não tanto com o seu número mas mais com a sua composição)<sup>20</sup> Contudo, o recrutamento em si não será suficiente e terá que ser associado à reestruturação de recursos, incluindo equipamento e pessoal.

Em termos de equipamento, a PRM parece ter falta de muitas das coisas que a poderiam tornar numa instituição em bom funcionamento; os laboratórios criminais têm uma produtividade menor do que tinham em 1980; não há laboratórios suficientes; das 321 viaturas da PRM a nível nacional, apenas 20 estão operacionais.<sup>21</sup> Em termos de armamento não foi possível obter o número de armas existentes mas o Plano Estratégico da PRM afirma: "A PRM tem armamento suficiente para os efectivos de que dispõe presentemente, contudo, as suas características não são adequadas para a missão de manutenção da lei e da ordem."<sup>22</sup> O documento informa ainda que a PRM tem falta de equipamento tradicionalmente utilizado pela polícia, incluindo casse-têtes ou bastões, algemas e apitos. Isto parece querer dizer que, apesar do apoio de doadores, o equipamento de que a PRM dispõe é mais de natureza militar do que policial. Cada estação de polícia deve ter um registo de armas, incluindo o equipamento da estação e as armas que são propriedade privada mas, tal registo, é feito num livro onde as entradas são escritas à mão. Estes dados deviam ser enviados periodicamente ao Comando Central em Maputo, mas, nenhum entrevistado pode especificar

com exactidão, qual a frequência desta ocorrência. A PRM e o Ministério do Interior são os principais actores no controle de SALW – eles emitem as licenças de porte de armas e são responsáveis pela inspecção e actualização dos registos. Não é claro até que ponto isto pode acontecer, tendo em conta a falta de recursos existente.<sup>23</sup>

## **Legislação Nacional sobre Armas de Fogo**

Regulamentação nacional sobre SALW é importante uma vez que a maior parte das armas ilegais foi desviada de fontes legais. Sendo assim, as leis nacionais regulando a posse, manufactura e utilização de armas de fogo deve fazer parte de qualquer estratégia com o objectivo de reduzir a disponibilidade de armas num país. A lei Moçambicana sobre o licenciamento de armas de fogo é anterior à independência e foi escrita para uma outra época: é vaga, desactualizada e burocrática na sua aplicação.

A legislação regulando a propriedade de armas de fogo – Lei 1/73, publicada em Janeiro de 1973, cobre armas de fogo e munições. É um decreto detalhado e complicado que inclui cláusulas respeitantes a facas, punhais e outros artefactos. A lei especifica a classificação de diferentes tipos de armas. Esta inclui:

- defesa pessoal
- caça
- desporto
- ornamentação
- outras armas não de fogo (facas, punhais, armas tradicionais) e
- equipamento de guerra.

De acordo com a legislação, armas de fogo com características diferentes das definidas no decreto devem ser classificadas segundo o critério do Comando Geral da Polícia. Para além disto, a lei define:

- regras para a importação e exportação de armas de fogo por parte de indivíduos;
- procedimentos para o estabelecimento e operação de estabelecimentos comerciais de armas de fogo;
- Limites anuais de munições vendidas a indivíduos;
- limites de propriedade para cidadãos individuais (até 3 armas de fogo: uma para defesa própria e duas pertencentes a outras categorias (caça,

- desporto) com as munições respectivas para um ano);
- regras para registar e controlar as armas de fogo na posse de cidadãos individuais e de comerciantes legais;
  - que o Presidente, o Primeiro Ministro, Ministros, Secretários e Sub-secretários de Estado, Directores Gerais e Sub-directores em Ministérios, Inspectores Superiores, membros do Parlamento, Secretários Gerais e Provinciais, magistrados jurídicos ou do Procurador Geral, governadores distritais, oficiais do exército ainda no activo, reservistas ou reformados e pessoal do Directorado Geral de Segurança, quando em serviço, podem ser proprietários (e usar) o tipo de arma de fogo que desejarem, sem a registar ou requerer a respectiva licença (Capítulo IV; Secção I; Artigo 55);
  - dois tipos de licenças – uma exclusivamente para posse e uma para posse, utilização e transporte de armas de fogo assim como os procedimentos a seguir para requerer tais licenças;
  - regras para a construção e manutenção de armazéns de armas de fogo e munições, bem como as quantidades permitidas para armazenamento;
  - regras para o estabelecimento de oficinas de munições;
  - regras para o transporte de armas de fogo e munições;
  - como os departamentos governamentais devem exercer o controle;
  - sanções para o não cumprimento;
  - quantias a serem pagas por cada tipo de licença; e
  - responsabilidades da polícia quanto à manutenção de registos e ao controle da aplicação e cumprimento da lei.

O decreto também inclui modelos dos vários tipos de impressos necessários e das licenças a serem emitidas.

No caso de um requerimento para compra de uma arma ter sido autorizado, o proprietário autorizado tem que se apresentar, todos os anos, na estação de polícia da sua área de residência, a fim de confirmar ou actualizar o seu endereço. Todas as licenças têm que ser renovadas de dois em dois anos. Em caso de morte do proprietário autorizado, os descendentes têm que informar a estação de polícia da área de residência sobre a sua morte e entregar a arma à PRM. Os respectivos registos têm que ser actualizados para cada um destes procedimentos.

A equipa de pesquisa foi informada em várias ocasiões que armas de fogo tinham sido entregues a membros do parlamento e a membros do governo sem o respectivo pedido ter sido feito; no entanto, esta percepção foi refutada por um funcionário do Ministério do Interior, o qual afirmou que “Membros do Parlamento ou do Governo também tem que requerer a posse de armas

de fogo.”<sup>24</sup> E alguma vez recusaram fazer tais requerimentos? “ Até agora não, mas nem todos os que têm direito a arma de fogo fizeram o respectivo requerimento.”<sup>25</sup> E um outro funcionário, presente durante a entrevista, acrescentou:

“Oiçam, tentamos convencer estas pessoas de que não necessitam de uma arma de fogo. De facto, tentamos convencer seja quem for que requeira uma arma de fogo de que tal não é necessário. Não gostamos da ideia de ter armas de fogo espalhadas. No fim de contas, nós somos os directamente atingidos quando crimes que envolvem armas acabam mal. É no nosso próprio interesse sabermos o que está espalhado por aí e nas mãos de quem está.”<sup>26</sup>

Pedidos de licenças para armas de fogo são analisados caso a caso, motivações são questionadas e os funcionários do Ministério do Interior eram visivelmente reluctantes em emitir licenças, como eles próprios admitiram à equipa de pesquisa.. Presentemente, o Ministério do Interior tem cerca de 7.000 pessoas registadas como proprietárias de armas de fogo.<sup>27</sup>

Os funcionários entrevistados no Ministério do Interior e nas forças de polícia pareceram estar muito conscientes das dificuldades nos seus trabalhos. São funcionários empenhados em fazer o seu melhor nas condições existentes, estão bem ao corrente dos passos que é necessário dar e das medidas que deviam ser adoptadas. Sentiram algum embaraço quando falaram sobre as insuficiências nos seus departamentos, o que demonstra um alto grau de devoção e desencorajaram qualquer interferência política nos seus trabalhos.

## **Companhias Privadas de Segurança**

A posição acima descrita foi particularmente óbvia quando a equipa tentou discutir o controle do armamento na posse de companhias de segurança privadas. Como um oficial da polícia nos disse: “ Não me perguntem nada sobre companhias privadas de segurança porque eu não quero entrar nesse assunto. Demasiada gente importante está envolvida”<sup>28</sup> A lei sobre companhias privadas de segurança foi aprovada em 1990, na altura em que a criminalidade urbana estava a aumentar e, com a guerra ainda a decorrer, as forças de segurança não conseguiam enfrentar a situação. Existem presentemente 31 empresas privadas de segurança registadas em Moçambique.

A lei, em si, é muito simples, apesar de dar bastante espaço para interpretação. Essencialmente, define os passos burocráticos a seguir para o estabelecimento de uma empresa e estabelece as condições mínimas para a contratação de pessoal e fiscalização por parte do Ministério do Interior. Exclui as empresas privadas de segurança de qualquer investigação criminal e do uso de métodos ou sistemas potencialmente perigosos para os cidadãos.

O decreto permite às empresas privadas de segurança proteger propriedades e indivíduos e exercer actividades de vigilância. Empresas privadas de segurança podem também “manufacturar e comercializar equipamento e outras mercadorias relacionadas com a segurança privada, de acordo com o Ministério da Indústria, Energia e Comércio e após consulta ao Ministério do Interior.”<sup>29</sup> A lei também define as formas de segurança (guarda, guarnição e patrulha) e estabelece as regras para a obtenção de licenças e os documentos que o requerente tem que reunir, dando a liberdade ao Ministério do Interior e / ou aos governadores provinciais de requererem informações adicionais. Define os prazos para aprovação e estabelece as quantias mínimas para garantias financeiras. Também estabelece que as licenças não podem ser vendidas ou passadas a terceiros e estabelece multas para os que não forem licenciados.

Em termos de quem pode ser contratado como guarda, a lei especifica que tem que ser:

- cidadão nacional com direitos políticos totais;
- ter mais de 25 anos de idade;
- apto fisicamente e aprovado por uma equipa de médicos;
- não ter cadastro criminal ou policial;
- e ter completado pelo menos o sétimo ano, ou educação equivalente (não especificada).

Empresas contratando pessoal sem estes requerimentos estão sujeitas a uma multa entre 200.000 e 600.000 meticais (equivalente a entre 10 e 30 dólares americanos), mas não especifica se esta multa é apenas uma vez ou se o pessoal que não cumpra os requerimentos tenha que ser expulso. Este é um ponto importante pois, dos guardas de segurança inquiridos pela equipa de pesquisa, a maior parte eram soldados desmobilizados e nenhum tinha completado o sétimo ano.<sup>30</sup> Em relação ao treino de guardas de segurança, a lei estipula que é da responsabilidade das empresas de segurança treinarem os seus guardas como melhor entenderem. Outros artigos estabelecem os deveres e obrigações das empresas privadas de segurança e as respectivas

multas por não cumprimento. A lei também define o equipamento que guardas privados de segurança podem utilizar, incluindo armas de fogo, cães, veículos, uniformes e etiquetas de identificação.

Em relação a armas de fogo permitidas na posse de guardas privados de segurança a lei estipula:<sup>31</sup>

- “1. Guardas privados de segurança só podem estar na posse de armas de defesa quando em serviço como guarda costas, protegendo bancos ou dinheiro em trânsito.
2. Nos termos desta regulamentação, armas de defesa são:
  - a) pistolas semi-automáticas de calibre até 7,65mm, cujo cano não tenha mais de 7,5 cm;
  - b) revólveres de calibre inferior a 9mm cujo cano não tenha mais de 10cm;
  - c) espingardas semi-automáticas de calibre até 7,65mm.”<sup>32</sup>

Este artigo é ambíguo na sua referência a armas automáticas pois elas não estão especificamente excluídas. Por outro lado, guardas de segurança privada foram vistos com metralhadoras e na posse de armas em ocasiões não mencionadas anteriormente.

O Artigo 33 da lei estipula que a polícia devia verificar e inspeccionar as actividades das companhias de segurança privadas e aquelas que não cumprirem com o estipulado podem ser multadas. As armas utilizadas pelos guardas de segurança privada são controladas pela companhia que os contratou. Cada empresa é sujeita a uma inspecção mensal dos seus armamentos efectuada por dois oficiais da PRM.

Alguns dos oficiais entrevistados explicaram quais são, no seu entender, as principais falhas que a PRM reconhece na presente legislação. Segundo eles, a lei devia ser muito mais específica sobre o critério a seguir para o estabelecimento de uma empresa de segurança e também para a contratação de pessoal. A lei devia estabelecer um salário mínimo para guardas de segurança armados. O salário mensal médio de guardas de segurança armados é aproximadamente de 800.000 Meticais (33 Dólares americanos), o que os torna vulneráveis ao suborno ou envolvimento criminal. A lei devia também estabelecer o número de horas de serviço para guardas de segurança armados.

Finalmente, a lei devia estipular que deviam ser apresentadas provas de que os guardas sabem como operar as armas que utilizam. Isto foi

identificado como uma brecha na legislação em vigor não só no que respeita ao licenciamento de indivíduos como também às empresas de segurança privada. Recentemente foram abertas nos arredores de Maputo carreiras de tiro com pombos de barro. Estas instalações funcionam sem regulamentação, pois não existe legislação Moçambicana respeitante a este tipo de actividade. A polícia Moçambicana não está contra a existência de tais instalações e pelo contrário parece concordar que elas podem ser úteis como centros de treino, uma vez que a lei fosse actualizada. Contudo afirma-se preocupada com a lacuna legal em que operam presentemente.

A aplicação eficaz da lei necessita de mais do que uma bem estruturada força de polícia - também precisa de um sistema judiciário capaz de complementar as actividades de polícia e de fazer aplicar as leis e as sanções. Este não é presentemente o caso em Moçambique, onde o sistema judiciário tem falta de recursos humanos competentes, sobrevive em infraestruturas degradantes e é vulnerável à corrupção. Apesar das grandes melhorias realizadas no judiciário e do apoio corrente por parte de doadores, muito tem ainda que ser feito.

## Notas

1. N Bale, "Reforma do sector de segurança e boa governação em países em desenvolvimento", <[http://payson.tulane.edu/seminars/Security\\_sector\\_files/outline.htm](http://payson.tulane.edu/seminars/Security_sector_files/outline.htm)> (Outubro de 2003).
2. Entrevista pessoal, Setembro de 2003.
3. FADM – *Forças Armadas de Defesa de Moçambique* são o exército do pós-AGP, incorporando combatentes de ambos os lados da guerra civil.
4. Salomons, ONUMOZ: *As Nações Unidas em Moçambique*, 2000, <<http://www.intlmgt.com/publicmanagement/mozambique.htm>> (Maio de 2003).
5. Maringue e Inhaminga foram baluartes da Renamo na Província de Sofala no Norte de Moçambique.
6. Isto também pode ser atribuído ao facto de a maior parte dos entrevistados terem sido recrutados com idade inferior.

Entrevista pessoal, Setembro de 2003.

Relatório da AIM No. 143, Setembro de 1998, <<http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim143.html>> e No. 149, Janeiro de 1999, <<http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim149.html>> (Fevereiro de 2003).

9. Serviço de Notícias Diário da Agência de Notícias Panafricana, 8 de Abril de 2003, “ Jovens Moçambicanos fogem ao serviço militar”.
10. Entrevista pessoal em Novembro de 2002.
11. Entrevista pessoal em Outubro de 2003.
12. AIM, Outubro de 2003, exposto em <[http://allafrica.com/stories/printable/2003101\\_00566.html](http://allafrica.com/stories/printable/2003101_00566.html)> (Outubro de 2003)
13. Durante o workshop esta era a constante preocupação expressa pelos membros das forças armadas presentes. Mencionaram especificamente este incidente na Beira, em Novembro de 2002. A descrição de uma testemunha ocular deste incidente pode ser encontrado no Internet sob o endereço: <<http://www.decaturdaily.com/decaturdaily/news/021-101/missionary.shtml>>. Segundo esta fonte, “a explosão das munições provocou a fuga de milhares, matou seis, feriu pelo menos outros 50 e destruiu cinquenta casas num raio de três milhas em redor do paiol.”
14. J L Woods, Moçambique: A Operação CIVPOL , <<http://www.ndu.edu/inss/books/Books%20-%201998/Policing%20the%20New%20Disorder%20-%20May%2098/chapter5.html>> (Outubro de 2003).
15. M Chachiua, Segurança interna em Moçambique:Preocupações contra políticas , *African Security Review* 9 (1), 2000, <<http://www.iss.co.za/Pubs/ASR/9No1/%20SecurityMozambique.html>>, (Outubro de 2003).
16. J L Woods, op.cit.
17. M Chachiua, ibid.
18. M Chachiua, ibid.
19. Ministério do Interior, Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique – PEPRM, Maio de 2003.
20. Ibid. A relação “normal “ seria de 1/350 a 1/450 habitantes.

21. Ibid.

22. Op cit., parágrafo 5.2.1.4.

A equipa de pesquisa passou uma tarde num departamento da polícia criminal, onde 3 funcionários compartilhavam uma caneta, depois de terem concordado em usá-la por turnos. Esta não lhes pareceu uma situação anormal.

Entrevista pessoal em Setembro de 2003.

25. Entrevista pessoal em Setembro de 2003.

26. Entrevista pessoal em Setembro de 2003.

27. Entrevista pessoal em Setembro de 2003.

28. Entrevista pessoal em Agosto de 2003 reconfirmada por outro funcionário em Setembro de 2003.

29. Capítulo 1, Artigo 2, parágrafo 2.

30. Durante o trabalho no terreno, de Abril a Setembro de 2003, a equipa de pesquisa perguntaria a cada guarda de segurança que encontrasse qual era a sua idade, se tinha sido desmobilizado e se tinha completado o sétimo ano.

Tradução feita pela própria autora.

Decreto no. 26/90, Capítulo VII, Artigo 20.

## CAPÍTULO 3

# IMPLEMENTANDO O PROTOCOLO DA SADC SOBRE ARMAS DE FOGO

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)<sup>1</sup> adoptou um protocolo para controlar o fluxo de armas de pequeno porte e armas ligeiras (SALW) na região, o Protocolo da SADC sobre o Controle de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Relacionados. O principal objectivo deste Protocolo é impedir, combater e irradiar o fabrico ilegal de armas de fogo, munições e outros materiais relacionados, e regulamentar a importação e exportação legais de armas de pequeno porte e armas ligeiras.<sup>2</sup>

Moçambique foi signatário do Protocolo da SADC em Agosto de 2001 e ratificou o acordo em Setembro de 2002. A implementação do Protocolo requer, no entanto, a acção de vários departamentos do governo e a coordenação das medidas que são adoptadas: a legislação nacional sobre SALW tem que ser revista, adaptada aos requerimentos regionais e aprovada; novas instituições podem ter que ser criadas enquanto outras necessitarão de ser desenvolvidas; mecanismos de coordenação têm que ser estabelecidos e é necessária a capacidade para executar todas estas acções.

A fim de coordenar e controlar a implementação do Protocolo, o governo de Moçambique (GdM) criou a COPRECAL – *Comissão para a Prevenção e Controle de Armas Ligeiras*.

Não é a primeira vez que Moçambique estabelece uma organização multi-institucional – as actividades de desminagem foram coordenadas em Moçambique, primeiro pela *Comissão Nacional de Desminagem* (CND) e depois pelo *Instituto Nacional de Desminagem* (IND). Há inúmeras lições a serem aprendidas do trabalho destas instituições, tanto para os doadores como para o GdM: A corrupção e rivalidade institucional levaram à paralisia da CND, enquanto as contribuições dos doadores deram origem ao crescimento assimétrico do IND em relação a outros departamentos do governo. Equipamento moderno permite ao IND produzir, por exemplo,

mapas exactos das zonas prioritárias para desminagem; no entanto, ministérios e agências governamentais não têm a capacidade para coordenar as actividades dos doadores de modo a permitir-lhes determinar com exactidão quais as áreas, das sugeridas pelo IND, a serem escolhidas. Como resultado a desminagem é, ainda hoje, feita de uma forma casual.<sup>3</sup>

## **COPRECAL**

A COPRECAL, presentemente a ser montada sob a alçada do Ministério do Interior, será a organização estabelecida para supervisionar a implementação da legislação nacional, acordos nacionais e regionais, coordenação de pesquisa e disseminação de informação. Está planeada para incluir membros de várias instituições governamentais – Ministério do Interior, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério dos Negócios Estrangeiros, representantes das Forças Armadas, Serviços Aduaneiros e Migração, uma instituição académica: ISRI – *Instituto Superior de Relações Internacionais*, através do seu CEEI – *Centro de Estudos Estratégicos Internacionais*, e duas organizações da sociedade civil: PROPAZ e Conselho Cristão de Moçambique (CCM) através do seu projecto TAE – *Transformação das Armas em Enxadas*. Cada instituição seleccionará os seus representantes para o Comité.

## **A Necessidade de uma Visão Comum**

Membros da COPRECAL participaram num workshop, em Setembro de 2003, para avaliar a situação corrente em Moçambique no que respeita à questão das armas de pequeno porte.<sup>4</sup> Dado o número de instituições envolvidas, o objectivo principal do encontro foi o de reunir as diferentes partes interessadas e avaliar a capacidade das diferentes instituições para o objectivo comum do controle de armas de pequeno porte. No entanto, durante a preparação do encontro, tornou-se claro que diferentes instituições tinham ideias diferentes sobre qual era o objectivo comum. Para além disto, os direitos estatutários da COPRECAL estão ainda a ser discutidos em Conselho de Ministros e nenhum dos participantes tinha uma ideia clara sobre o papel ou funções da COPRECAL.

Cedo se tornou claro que a falta de uma visão para o sector da segurança em Moçambique representava um constrangimento importante para o controle e prevenção da proliferação de armas ligeiras. Duplicação de

responsabilidades, falta de definição sobre as atribuições das diferentes instituições, pequena corrupção generalizada e falta de clareza no que respeita às atribuições e competência da COPRECAL foram identificados como sendo obstáculos importantes para a definição de planos de acção e medidas para implementação. Os participantes questionaram a lógica de investir fundos de doadores na destruição de armas ligeiras e em medidas para controlar a sua proliferação, sem um investimento igual no desenvolvimento da capacidade de instituições no sector da segurança com o objectivo de fazer a gestão das armas armazenadas no país.

Os participantes também expressaram as suas preocupações no respeitante ao funcionamento da COPRECAL, como um comité composto por representantes de diferentes instituições, com o que se podia considerar agendas rivais e capacidades diferentes. Os participantes pareceram concordar que a COPRECAL devia ser sujeita a um exercício para definição da sua visão e missão antes de ser iniciada qualquer outra acção. Espera-se que tal exercício permita à equipa ultrapassar a competição institucional e assim evitar a paralisia que atormentou o agora extinto CND. Mais ainda: uma visão clara devia garantir o enquadramento para o estabelecimento de prioridades e o desenvolvimento de um modo de aflorar questões comuns a nível nacional.

Durante este encontro em forma de workshop, os participantes discutiram o Protocolo da SADC detalhadamente e verificaram o seguinte:

- **Medidas Legislativas** – A legislação existente em Moçambique sobre SALW define armas de pequeno porte para a posse de civis como qualquer arma de calibre até 9mm. Na prática isto significa que um civil pode importar legalmente para Moçambique uma metralhadora. A lei também não tem em consideração armas de fabrico caseiro, apesar de ter cláusulas respeitantes à produção de munições caseiras. A revisão das medidas legislativas está presentemente a ser debatida no Minisério da Justiça, com a participação de vários departamentos do governo, nomeadamente a polícia, serviços aduaneiros e o Ministério do Interior.
- **Capacidade Operacional** – os participantes admitiram que a falta de capacidade podia tornar-se uma importante limitação à implementação do Protocolo da SADC. Enquanto a cooperação em termos de exercícios para desenvolvimento de capacidades e missões conjuntas não constituíam problema (apesar de por vezes o problema da língua impedir os mais qualificados de participarem), o estabelecimento de bases de

dados e sistemas de comunicação podiam ser muito problemáticos. Os sistemas de registo existentes não são exactos e, por muito que os Moçambicanos desejassem dispor de um sistema computerizado, este também pode provar-se inadequado, dada a falta de infraestruturas básicas em muitas partes do país.

- **Serviços Aduaneiros** – Moçambique tem 2.700 Km de costa e cerca de 4.212Km de fronteiras terrestres, das quais a polícia apenas patrulha 717Km. Dizer que as fronteiras de Moçambique são porosas é uma afirmação por defeito – o número de postos de fronteira não é apenas insuficiente como a maior parte dos que existem mal estão a funcionar. Os serviços alfandegários têm tido grande apoio por parte de doadores e os melhoramentos são visíveis e reconhecidos. Mas os Serviços Alfandegários não têm os recursos para realizar o trabalho completo – têm apenas um detector de metais, não têm cães nem veículos suficientes. A maior parte dos postos de fronteira são demasiado remotos e as comunicações são difíceis. Grandes áreas de fronteiras terrestres estão por patrulhar. O mesmo é verdadeiro para a vasta costa Moçambicana. O tráfego de combóios é o mais difícil de controlar, segundo um funcionário das alfândegas. Os funcionários das alfândegas sabem que necessitam de mais e melhor equipamento a fim de serem mais eficientes, mas, mais uma vez se diz, fazem o melhor que podem com aquilo de que dispõem. Presentemente, os Serviços Aduaneiros de Moçambique estão a ser pressionados pela África do Sul para manterem o posto de fronteira em Inkomati aberto 24 horas por dia.. Por muito que apreciem a ideia, não dispõem dos meios para fazê-lo.
- **Armas de fogo propriedade do estado e dos civis** – Os membros da COPRECAL manifestaram-se preocupados com o modo como os registos são mantidos presentemente. O sistema é manual e demasiado vulnerável à ‘interferência humana’. Há uma necessidade urgente de tratar desta parte vital do Protocolo. No entanto, a implementação de um novo sistema de registo de armas devia ser incorporado num enquadramento mais vasto da reforma do sector da segurança. A COPRECAL também salientou a necessidade de saber exactamente a quantidade e os tipos de armas presentemente guardadas em armazéns legais. Quanto à destruição de armas de fogo, os membros COPRECAL têm que estudar os diferentes métodos de destruição e apresentar recomendações. As iniciativas de desarmamento em curso deviam continuar a ser apoiadas e deviam, também, dar os seus contributos à COPRECAL a fim de permitir a criação de um quadro exacto da situação.

- **Entrega voluntária de armas de fogo, educação e consciencialização do público** – Os membros da COPRECAL gostariam de ver um maior número de iniciativas de consciencialização das comunidades no que respeita a SALW. A polícia tem feito algumas campanhas nas comunidades, particularmente nas áreas em que estão em experiências com um programa piloto de policiamento comunitário. Iniciativas da sociedade civil são bem acolhidas mas o GdM devia também ser um importante participante.

## Conclusões

No final do encontro, os participantes tinham identificado, para serem tratadas pela COPRECAL, as seguintes questões:

*A necessidade de realizar um exercício para definição da visão:* os participantes reconheceram a necessidade da COPRECAL definir uma visão, criando assim um enquadramento para acções futuras. Os membros da COPRECAL salientaram a importância de se evitar a situação que flagelou a CND e a necessidade de os membros representando as diferentes instituições trabalharem como uma equipa. Apesar de a COPRECAL ser suposta de coordenar e controlar a implementação do Protocolo da SADC, os seus membros têm consciência de que outras instituições, não envolvidas directamente, terão que ser contactadas e admitidas no seio da equipa.

*A recolha de informação:* nenhum dos participantes pareceu ter conhecimento sobre quem ficou com os registos do armamento entregue ao governo pela ONUMOZ. Alguns dos participantes salientaram, no entanto, o mau estado de conservação da maior parte do equipamento que foi entregue. Os membros da COPRECAL insistem que é importante recolher informação respeitante a armas de pequeno porte existentes nas forças de segurança – e não só aquelas que foram entregues pela ONUMOZ. Como entidade suposta de centralizar e disseminar informação, os membros da COPRECAL sentem que deviam ter acesso a tal documentação.

*Destruição de armas:* os participantes salientaram a necessidade de destruição do equipamento obsoleto, presentemente ainda armazenado em paióis. Existe a percepção de que as forças armadas estão com excesso de armamento mas ninguém parece saber a dimensão exacta do problema. Uma vez que seja recolhida a informação sobre o armazenamento de armas

legais, será necessária uma avaliação desse equipamento em termos de tipo e quantidades. Esta informação permitirá a compilação de uma lista do equipamento a ser destruído e o respectivo custo. Esta lista pode então ser incluída numa proposta para obtenção de fundos.

*Armas ligeiras e a criminalidade:* os participantes reconheceram a percepção geral de que as armas ligeiras utilizadas presentemente em crimes vêm de armazéns sob a responsabilidade das forças de segurança e não de esconderijos de armas. Contudo, questionaram a dimensão do problema. Os participantes sugeriram a realização de um projecto de investigação sobre a origem das armas ligeiras presentemente utilizadas em crimes, quer para eliminar ou confirmar esta percepção como, também, para determinar a dimensão do problema.

*Marcação de armas ligeiras:* os participantes salientaram a importância de ser estabelecido um sistema de marcação de armas específico para as diferentes forças de segurança. Para fazer isto, a COPRECAL necessita saber se existe a necessária vontade política para implementar uma tal medida; se a vontade política existir, quais são os custos. Medidas deviam ser tomadas para impedir o uso de tal sistema de marcação por parte de terceiras pessoas.

*A destruição de armas contra a inclusão em paíóis legais:* os participantes exigiram que a destruição de armas em boas condições fosse questionada num contexto, como o de Moçambique, onde o governo possui armazéns de armamento obsoleto que é necessário substituir. Mas também reconheceram que tal medida não seria popular, quer entre os doadores quer no seio da sociedade civil, particularmente num meio onde as forças de segurança são consideradas como incapazes de gerir os armamentos sob a sua responsabilidade. A investigação proposta sobre a origem das armas de pequeno porte presentemente utilizadas em crimes pode identificar problemas com exactidão, mas outras questões tais como a manutenção de registos e a corrupção, necessitam igualmente de ser tratadas.

*Manutenção de registos:* todas as forças de segurança existentes têm em vigor um sistema para proceder ao registo de armamentos sob a sua responsabilidade. Este sistema, no entanto, é muito vulnerável a erros e à corrupção uma vez que depende de livros escriturados manualmente. Assim, a investigação sobre a origem das armas ligeiras utilizadas na prática de crimes, devia ser complementada pela avaliação do sistema vigente de manutenção de registos e por propostas para a sua melhoria, tendo em mente o desenvolvimento assimétrico das infraestruturas em Moçambique.

*Transparência:* os participantes consideraram que o estado presente das forças de segurança pode constituir um importante obstáculo para a reforma e para o apoio de doadores a qualquer iniciativa de reforma. Salientaram a necessidade de mais adestramento nas medidas de transparência e de mais apoio na implementação de tais medidas. Reconhecem que isto será um processo lento e controverso que, contudo, não pode ser rejeitado como sendo “impossível de resolver”.

*Manutenção dos armamentos existentes em armazém:* os armamentos existentes necessitam de ser avaliados, mas os participantes consideram igualmente importante a avaliação das condições em que estes armamentos estão sendo presentemente armazenados, devido ao perigo que podem eventualmente representar para a população. A COPRECAL devia fazer um inventário dos armazéns existentes, as condições em que se encontram, quais os melhoramentos necessários e os respectivos custos.

*Envolvimento do sector privado:* as iniciativas de desarmamento em curso (Operação Rachel e o projecto TAE) dependem bastante dos recursos e capacidade Sul Africanos e do apoio de doadores externos. Os participantes admitiram que, presentemente, a imagem negativa das forças armadas pode causar limitações ao financiamento directo por parte de doadores e ao apoio directo por parte do sector privado. No entanto, também concordaram que a COPRECAL devia fazer esforços no sentido de engajar tanto os doadores como o sector privado em tais iniciativas. Os participantes sentiram ainda que Moçambique tem que mostrar sinais inequívocos de vontade de reformar, de forma a poder procurar apoio.

*Medidas específicas contra a proliferação de armas de pequeno porte:* os participantes, embora acolham bem a COPRECAL e apoiem a prevenção e controle da proliferação de armas de pequeno porte, questionam a eficácia de lidar apenas com aquilo que eles consideram como “uma parte de um problema maior”. Os modos de aflorar a questão das armas ligeiras deviam ser integrados no enquadramento de uma reforma mais generalizada do sector da segurança em Moçambique.

*Legislação nacional:* a legislação existente foi considerada desactualizada e com grande necessidade de ser revista. Existe um grupo no Ministério da Justiça que está a preparar uma proposta para uma nova lei a ser apresentada ao parlamento. Este grupo está também a estudar o Protocolo da SADC com o objectivo de incorporar na proposta as modificações que possam acomodar este acordo internacional.

*Cooperação internacional:* os participantes afirmaram que as contrapartidas internacionais nem sempre mostram ser compreensivas em relação à presente situação em Moçambique. Embora querendo obedecer aos artigos do Protocolo da SADC, os participantes salientaram a necessidade de maior desenvolvimento nas instituições nacionais. Os participantes também mencionaram a necessidade da troca de lições aprendidas e experiências com os países da região que estão mais avançados na implementação do Protocolo da SADC.

A feição característica mais evidente, resultante deste encontro, foi a grande devoção dos participantes às suas instituições e ao seu país. Eles foram honestos e claros quando discutiam situações e identificavam problemas. Mostraram-se frustrados quando os seus pedidos enfrentam suspeitas por parte dos doadores, mas também reconhecem que existem razões para os doadores e agências internacionais se mostrarem suspeitas. Acima de tudo, desejam ser ouvidos e apoiados.

## Notas

1. Originalmente conhecida como Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a organização foi formada em Lusaka, Zâmbia, em 1 de Abril de 1980, a seguir à adopção da Declaração de Lusaka. A Declaração e Tratado estabelecendo a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi assinada na Cimeira dos Chefes de Estado e Governo, em 17 de Agosto de 1992, em Windhoek, Namíbia. O Tratado compromete os membros a cooperar em política, diplomacia, relações internacionais, paz e segurança. Presentemente, os Estados Membros da SADC são Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Maláwi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seichelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.
2. N Stott, "O Protocolo da SADC sobre o controle de armas de fogo, munições e outros materiais relacionados", ISS Paper 83, Novembro de 2003.

Entrevista pessoal com um antigo funcionário do projecto IDRC/Programa de Acção de Minas.

O encontro foi financiado pelos governos da Holanda, Noruega, Suécia e Suíça como parte das actividades do programa de gestão de armas do ISS

## CAPÍTULO 4

# O IMPACTO DAS ARMAS LIGEIRAS NAS COMUNIDADES

### **Introdução**

Este capítulo é baseado na apresentação e análise de um inquérito exploratório de rua levado a cabo na cidade de Chimoio, no Norte de Moçambique, em Abril de 2003. O objectivo inicial do inquérito era de obter dados básicos sobre a percepção das comunidades locais em relação à segurança, à actuação da polícia e à presença de armas de fogo em Moçambique.

Contudo, tratando-se de um estudo piloto, o objectivo específico deste exercício de pesquisa, o qual foi desenvolvido pelo Instituto de Estudos de Segurança e aplicado noutros países Africanos, era de inspeccionar a consistência do inquérito com as realidades locais, nomeadamente em várias regiões na África do Sul a nível nacional da Tanzânia.

Há várias vantagens em utilizar inquéritos previamente concebidos e testados – uma vez que já foram utilizados e os dados também já foram analisados, permitindo assim a recolha de dados semelhantes e a realização de uma análise comparativa. O perigo da utilização destes inquéritos pode ser o facto de não serem adequados a contextos socio-económicos diferentes. É portanto importante testar estes inquéritos com uma amostra da população que se pretende atingir e adaptá-los se necessário for, antes de iniciar a pesquisa mais vasta.

### **Historial**

Um conjunto particular de circunstâncias, incluindo a proximidade da fronteira com o Zimbabué, a sua situação numa rota de transportes, estar situada numa zona politicamente polarizada e com uma relativamente pequena população, fizeram do Chimoio (Capital da Província de Manica) o local escolhido ideal para um estudo exploratório sobre as questões de segurança em Moçambique.

A província de Manica é atravessada pelo corredor da Beira que é a principal ligação ferroviária e rodoviária entre o Oceano Índico e o leste, com o interior da África Austral e mais para Norte, a Central. É uma região agrícola fértil, produzindo entre outras culturas, o milho, bananas, citrinos e algodão e também o centro de várias indústrias, incluindo têxteis, moagem, processamento de algodão e sisal. Relativamente ao resto de Moçambique, Manica pode ser considerada uma província próspera.

O potencial económico da província e o corredor de transportes que a atravessam fizeram desta região uma zona de importância estratégica em ambos os conflitos. A província foi palco de violentos conflitos entre soldados da Frelimo e da ZANU-PF (União Nacional Africana do Zimbabué – Frente Patriótica) e os, então, exércitos Rodesiano e Português. Mais tarde, os contendores viriam a ser os combatentes da Renamo e os soldados de Moçambique e do Zimbabué independente.

Durante a administração colonial, as receitas de Moçambique provinham do trabalho e do transporte. Se, para o governo colonial, era fundamental defender o corredor da Beira, para a Frelimo, era impossível não o atacar. A presença de uma grande comunidade de colonos na província era um bônus adicional. Atacando a região significou, não apenas a disrupção económica para a administração colonial e para o regime Rodesiano como também, a inflicção de alguns estragos; Por outro lado, mostrava a presença de soldados da Frelimo numa região onde não havia aliados externos. O impacto psicológico nos colonos foi tremendo.

Contudo, considerando a falta de apoio adicional na zona, a Frelimo não podia contar com os seus activistas políticos para persuadir a população sobre a justiça da sua causa. Assim, a população foi ‘obrigada’ a cooperar com a Frelimo, sofrendo depois, a seguir a cada incursão da Frelimo, as consequências da fúria dos Portugueses.

A importância deste corredor foi de novo óbvia quando, depois da independência, o Presidente Machel ameaçou fechar o corredor da Beira ao regime Rodesiano e decidiu apoiar abertamente os combatentes Zimbabueanos da ZANU-PF. Quando o desacordo com o regime Moçambicano começou a crescer, a Rodésia foi rápida em fornecer apoio militar e logístico, o qual deu início a um conflito que duraria 16 anos. Numa espécie de justiça poética, a partir dos anos da década de 1980, o corredor da Beira estava a ser protegido por aqueles que o tinham tentado desfazer anteriormente – os então combatentes da ZANU, agora como soldados Zimbabueanos.

Depois da independência do Zimbabué em 1979, a Renamo, então sem um aliado na região, enfrentou os mesmos problemas que a Frelimo tinha enfrentado durante a guerra contra o colonianismo e passou a adoptar as mesmas táticas – violência contra a população. Como um antigo soldado da Renamo afirmou a um pesquisador do ISS: “tínhamos que ser violentos pois queríamos mostrar à população que o governo era incapaz de protegê-la. De outra forma a população não acreditaria em nós e não nos daria apoio.”<sup>1</sup>

Esta combinação de partidos em conflito – soldados Rodesianos, Portugueses, Moçambicanos e Zimbabueanos e combatentes da Frelimo, ZANU-PF e Renamo – num movimento perpétuo de conflito com elevados níveis de violência que durou quase trinta anos, transforma esta província numa província singular.

Chimoio, sendo a capital provincial, é um centro administrativo, comercial e de transportes. Situado ao longo do corredor da Beira, o Chimoio tornou-se central em ambos os conflitos como é atestado pelos enormes quartéis ainda existentes na cidade.

A perturbação social causada pelo conflito é expressa pelo enorme número de refugiados que fugiam para os países vizinhos bem como aqueles que abandonavam as zonas rurais para se refugiarem nas áreas urbanas. Chimoio não foi uma excepção a este cenário e o influxo de refugiados das zonas rurais elevou a população da cidade para 105.818 habitantes em 1991.<sup>2</sup> Cinco anos depois do processo de paz, os dados do censo de 1997 definem a população do Chimoio como sendo de 171.056 habitantes.<sup>3</sup>

Décadas de conflito violento em Moçambique – desde os anos sessenta até ao Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992 – facilitaram a proliferação de armas de pequeno porte bem como a sua disseminação por todo o país.

A pouca pesquisa realizada em Moçambique sobre questões de segurança, incidiu principalmente na cidade de Maputo – a capital do país. Se por um lado é verdade que Maputo tem níveis de criminalidade mais elevados, também é verdade que a pesquisa baseada apenas em Maputo pode não ser representativa do resto do país. Em países que saíram de conflitos, tal como Moçambique, muitas cidades capitais tendem a crescer desproporcionadamente em relação ao resto do país, tanto em termos urbanos como económicos. A forte presença de uma relativamente grande – pelo menos maior do que no resto do país – comunidade de expatriados, facilita a expansão de uma economia de serviços, os quais são prestados a

preços excessivos, o que pode distorcer a economia. Uma maior concentração de riqueza atrai também uma maior concentração da criminalidade. No entanto, é mais provável que esconderijos de armas ilegais existam em áreas mais rurais e menos povoadas.

Uma vez que existe a percepção de que o crime urbano, quer na África do Sul quer em Moçambique, está sendo cometido com armas de pequeno porte ilegais, provenientes de esconderijos de guerra, escolher um lugar onde a existência de tais esconderijos seja mais provável pareceu fazer sentido. Devido ao seu passado histórico, a escolha da região do Chimoio pareceu ser a mais óbvia.

## **Metodologia**

A equipa de pesquisa decidiu levar a cabo o teste piloto com população menos habituada a inquéritos. Também neste âmbito, Chimoio pareceu ter vantagem sobre Maputo.

## **Amostras ao Acaso**

Devido a limitações de tempo e logísticas, a equipa de pesquisa decidiu realizar um inquérito de rua ao acaso nos mercados principais do Chimoio. A equipa do inquérito contactou pessoas ao acaso no mercado – tanto os donos das bancas como os clientes – de ambos os sexos e com idades o mais variadas possível. Às pessoas foram feitas perguntas relacionadas com questões de segurança nas suas áreas de residência, desde que tais áreas fossem dentro dos limites da cidade.

A vantagem de uma tal amostra ao acaso é de que é possível entrevistar uma grande variedade de pessoas, sem se correr o risco de realizar, o que é muitas vezes chamado, um inquérito de ‘donas de casa’, como é por vezes o caso em inquéritos de casa em casa.<sup>4</sup> Como as pessoas estão a ser questionadas fora do seu ambiente caseiro, é mais provável que falem abertamente pois sabem que não estão sendo observadas por familiares ou vizinhos. Por outro lado, as pessoas podem estar com pressa de chegar às suas casas e, portanto, estarem menos disponíveis para ser entrevistadas, ou podem também sentir-se intimidadas por falarem num lugar público. Para ultrapassar esta limitação, as pessoas foram convidadas a tomar um refresco num café público, na companhia do entrevistador, e então responder ao questionário calmamente.

## **Limitações da Amostra**

Como as entrevistas eram efectuadas durante o dia, o risco de alcançar apenas certos tipos da população, por exemplo, desempregados e estudantes, foi minimizado ao serem feitas perguntas sobre segurança não só em relação ao entrevistado mas também à sua família. Como ‘família’ os entrevistadores definiram ‘todos aqueles vivendo sob o seu tecto’.

A recepção à equipa de pesquisa foi, em geral, positiva. As pessoas cooperaram, levaram o seu tempo e, algumas delas, até esperaram pela sua vez para serem entrevistadas.

A equipa de pesquisa conseguiu obter entrevistas com 34 respondentes. Apesar desta amostra ser suficiente para um estudo piloto, qualquer análise quantitativa de uma amostra tão pequena tem que ser tratada com prudência e não deveria ser considerada como representativa da população.

É legítimo afirmar por exemplo, que “3 em cada dez pessoas entrevistadas no Chimoio têm experiência de um certo tipo de crime” mas extrapolações tais como “um terço da população do Chimoio tem experiência do mesmo tipo de crime” não podem ser inferidas. A consistência nos inquéritos, no entanto, permitem-nos esboçar um quadro sobre as preocupações de segurança das populações e indicar os caminhos para estudos posteriores. A análise de estudos piloto também permite aos investigadores corrigir modos de proceder e / ou perguntas com vista a inquéritos futuros.

## **Procedimentos no Inquérito**

As pessoas foram informadas sobre os objectivos do estudo, sobre o acordo de confidencialidade e, também, que poderiam suspender a entrevista em qualquer altura. Todos os respondentes completaram o questionário, com excepção de apenas dois. As actuais respostas destes dois respondentes estão incluídas neste relatório. A partir do ponto em que decidiram suspender a entrevista, estão incluídos em ‘sem resposta’. Um terceiro respondente começou a ser entrevistado. Quando chegou à Secção 4 decidiu parar e destruiu o questionário.

Apesar da boa recepção à equipa, é óbvio, em resultado da análise dos inquéritos, que as pessoas não se sentem confortáveis ao responder a

perguntas sobre armas de fogo e crimes de estupro. Esta questão será discutida mais adiante.

Como a amostra para a pesquisa era pequena, os pesquisadores complementaram a pesquisa com dados qualitativos. Os entrevistadores foram treinados para dirigir as entrevistas de uma forma estruturada e para tomarem notas dos comentários feitos pelos respondentes às perguntas que lhes eram colocadas.

As perguntas do inquérito foram feitas em voz alta ao respondente e as respostas foram escritas pelo entrevistador. A decisão para agir desta forma é em resultado do censo de 1997 o qual determinou um nível de analfabetismo de 57,7% na Província de Manica.. Muitas pessoas têm relutância em admitir que são analfabetas e ter-se-iam provavelmente recusado a responder ao inquérito sem apresentarem justificação. Isto podia criar uma percepção errada por parte da equipa de pesquisa, dado que a relutância em participar poderia ter sido interpretada como sendo relacionada com a sensibilidade das perguntas. Por outro lado, experiência de pesquisas anteriormente adquirida em Moçambique tem demonstrado que as pessoas preferem responder verbalmente, em vez de escrever as suas próprias respostas.

O inquérito incluía cinco secções:

- Secção 1: dados individuais sobre o respondente
- Secção 2: tendências do crime e percepções sobre segurança
- Secção 3: segurança no contexto das áreas vizinhas
- Secção 4: atitudes em relação a armas de fogo.
- Secção 5: percepções sobre segurança e armas de fogo

## **Língua**

O questionário do inquérito (Anexo 1) foi primeiro traduzido para Português. Foi então discutido com Moçambicanos para testar a pertinência de cada pergunta e fazer as necessárias adaptações. No Chimoio, o questionário do inquérito foi então traduzido para as línguas locais, Cisena, Cindau e Chona, pelos três entrevistadores contratados localmente, os quais também conduziram as entrevistas. A tradução foi feita verbalmente pelos entrevistadores, a fim de dar um único significado, previamente clarificado e aceite às palavras para cujo conceito não havia tradução nas línguas locais.

## Secção 1: Dados Individuais

A amostra total foi de 34 inquéritos feitos a 18 respondentes do sexo masculino e 16 do sexo feminino. Vinte das entrevistas foram feitas em locais públicos, tais como cafés; oito entrevistas foram feitas nas casas dos respondentes e seis foram feitas nos locais de trabalho dos entrevistados. As idades dos respondentes eram entre os 16 e os 70 anos, o que dá uma média de 27 anos para a amostra.

Perguntas sobre segurança foram feitas em relação à área de residência, mesmo para os respondentes que tinham bancas no mercado ou na rua e pequenos negócios na área da entrevista.

Todos os respondentes frequentaram ou ainda frequentam a escola e todavia a maior parte deles estão ocupados no sector informal. A educação formal da amostra vai desde o primeiro ano de escolaridade até aos estudos pré-universitários (décimo segundo ano), uma mulher era enfermeira / parteira, outra mulher era contabilista e dois dos respondentes eram electricistas. Quase metade dos respondentes (15) completaram a escolaridade entre o nono e o décimo segundo ano.

Para objectivos de análise, as actividades dos respondentes foram divididas em cinco categorias: sector público, sector privado, sector informal, agricultura e outros:

- Sector público, significando emprego permanente numa instituição governamental (três respondentes)
- Sector privado, significando lojas ou negócios com as respectivas licenças (oito respondentes)
- Sector informal, significando a actividade económica informal tal como vendedor de rua, bancas de mercado e bancas de rua ( catorze respondentes)
- Agricultura – quase todos os respondentes exerciam actividades agrícolas, principalmente para consumo familiar. Nenhum dos respondentes tinha a agricultura como actividade principal.
- Outros – estudantes, donas de casa e outras formas de emprego (nove respondentes)

## Secção 2: Percepções sobre Crime e Segurança

Esta secção inclui informação sobre os tipos de crime e victimização nos últimos dez anos. A data nas perguntas é utilizada como forma de encorajar a exactidão ao indicar a data de um crime e não é utilizada na análise, de um modo geral. O tempo é usualmente referenciado em relação a um feriado ou acontecimento. Neste caso a equipa de pesquisa usou, como ponto de referência, as eleições gerais de 1994.

### A Importância das Definições

Crimes têm muitas vezes uma definição legal a qual nem sempre é consistente com a ideia que o público tem deles. Conceitos como roubo, assalto ou pilhagem, são utilizados vulgarmente e sem qualquer significado legal. Isto torna-se particularmente importante quando os questionários têm que ser traduzidos para outra língua e contexto social.

O inquérito utilizado nesta pesquisa foi traduzido primeiro de Inglês para Português e, depois, de Português para as línguas locais. Em Português, por exemplo, a palavra comum utilizada para ‘car hijack’ e ‘car theft’ é a mesma e o seu significado numa palavra não existe em algumas das línguas locais. Para ultrapassar esta limitação, a equipa de pesquisa concordou com definições comuns para os crimes mencionados no inquérito. Assim, foram as seguintes as definições usadas para descrever os tipos de crime mencionados no inquérito:

- **‘home burglary’(roubo a casa)** foi definido como ‘quando ladrões entram, ou tentam entrar, dentro da casa independentemente de você e / ou a sua família lá estarem ou não’
- **‘stock theft’ (roubo de gado)** foi definido como ‘quando alguém rouba animais , tais como carneiros, vacas, cabritos, galinhas, mas não cães nem gatos , que lhe pertençam’
- **‘crop theft’(roubo de colheitas)** foi definido como ‘ quando as colheitas são roubadas da sua quinta, seja da terra seja do celeiro’
- **‘car hijack’(desvio de viaturas)** foi definido como ‘ quando a sua viatura é roubada enquanto a está a conduzir ou quando nela está sentado com o motor parado, quando é puxado, à força , para fora do carro e a pessoa que o fez foge com o carro’ (longa mas necessária)
- **‘car theft’(roubo de viaturas)** foi definido como ‘ quando o seu carro ou partes do seu carro desaparecem enquanto está ausente. Por exemplo,

durante a noite ou quando o carro está estacionado num sítio qualquer’

- **‘deliberate damage’(prejuízos deliberados)** foi definido como ‘quando coisas que lhe pertencem foram estragadas de propósito sem nenhuma razão aparente’
- **‘rural equipment’(equipamento rural)** foi definido como ‘não apenas tractores e outros equipamentos mecanizados mas também ferramentas de mão com enxadas, fâcas de mato, etc.’
- **‘violent assault’(assalto com violência física)** foi definido como ‘se alguma vez foi espancado’
- **‘robbery’(roubo, assalto)** foi definido como ‘quando vai a andar na rua ou vai de autocarro e alguém se aproxima de si e o ameaça a não ser que lhe dê alguma coisa; ou quando chega a casa e descobre que a sua carteira desapareceu’
- **‘murder’(assassinato)** foi definido como ‘quando alguém foi morto por outra pessoa intencionalmente, sem ser por acidente’
- **‘sexual assault’(estupro, violação sexual)** foi definido como ‘não apenas o estupro violento, mas também quando uma pessoa tem que se submeter para obter os resultados escolares, por exemplo’

#### Potenciais limitações das definições

Definições são muito importantes em inquéritos uma vez que podem representar sérias limitações durante a análise. Num inquérito mais vasto, a definição de ‘robbery’ aqui utilizada, por exemplo, impediria um indicador de crime violento no Chimoio.

Tradicionalmente, ‘robbery’ é definido como ‘roubo, assalto contra força física’, quer dizer, ‘robbery’ é apenas considerado quando o roubo inclui violência ou ameaça de violência. A definição obtida pela equipa de pesquisa faz com que o carteirismo seja incluído nesta categoria. Tivesse este sido um inquérito mais vasto, os resultados não podiam ter sido utilizados para uma análise comparativa com outros inquéritos, efectuados noutros países, devido às diferentes definições.

Apesar de num inquérito exploratório, dado o tamanho diminuto da amostra e o objectivo diferente da pesquisa, tal situação pode não ser um problema em termos de análise, inquéritos mais vastos têm que ter definições preparadas muito cuidadosamente. Para o objectivo deste estudo, estas perguntas foram utilizadas mais para testar a vontade das pessoas de

responder a perguntas deste tipo e, também, para testar a relevância destes tipos de crime no contexto local.

#### Credibilidade dos respondentes

Inquéritos dependem da vontade das pessoas darem o seu tempo e, também, da credibilidade dos respondentes. Há sempre o risco de que um dos respondentes possa não dizer a verdade. Para ultrapassar este obstáculo em amostras maiores, os inquéritos apresentando respostas muito diferentes da média são excluídos da análise, a fim de evitar distorções.

A equipa de pesquisa sentiu algumas dúvidas ao analisar as respostas de dois respondentes do sexo masculino que preencheram o inquérito juntos:

- 3 roubos em casa com ou sem os residentes lá dentro
- 11 roubos de colheitas quer na terra quer nos celeiros
- 2 assaltos
- 2 crimes de morte intencional e não por acidente
- 1 estupro

Uma vez que este foi um estudo exploratório, nenhum inquérito foi excluído mas os números devem ser considerados com muito cuidado.

## **A Importância da Classificação para a Análise**

Existe ainda uma outra classificação para os tipos de crimes, igualmente importante que não foi utilizada neste inquérito: crimes violentos e crimes económicos. Crimes violentos são aqueles onde armas poderiam ter sido utilizadas, tais como roubos / assaltos / desvios a carros, assaltos, crimes de morte e roubos em casas onde os habitantes pudessem estar ou não. Esta distinção é importante pois pode representar um indicador do nível de violência.

Observações feitas durante o trabalho no terreno e comentários anotados pelos pesquisadores, criaram a impressão, entre eles, de que a violência não parece ser uma característica comum da criminalidade no Chimoio. A equipa de pesquisa teve a mesma impressão no que respeita ao uso de armas de fogo na prática do crime. Uma das razões que muitas pessoas apresentaram por não possuírem uma arma é que tal não faria sentido num país em paz. A associação de armas ao crime existe, no entanto, latente na mente das pessoas, dado que muitas delas afirmam que se tivessem uma

arma, pensam que seriam tentados a utilizá-la para resolver problemas financeiros e, também, que armas de fogo trazem a instabilidade para o seio das comunidades.

## **Perguntas sobre Assaltos / Ataques de Natureza Sexual**

A mesma disparidade pode ser encontrada no que respeita à questão assaltos / ataques / violações de natureza sexual. Inquéritos efectuados noutros lugares notam que é extremamente difícil obter respostas a tais perguntas. Num inquérito recentemente efectuado pelo ISS na zona central de Johannesburgo,<sup>5</sup> perguntas relacionadas com crimes de natureza sexual foram excluídas do inquérito, devido à relutância das pessoas em lhes responder. A equipa de pesquisa no Chimoio encontrou a mesmo desafio.

Enquanto procedia à adaptação do inquérito, a equipa de pesquisa previu esta limitação mas decidiu manter a pergunta sobre assaltos / ataques / violações de natureza sexual uma vez que o objectivo era de testar a vontade das pessoas de participar no inquérito. Assim, a pergunta foi mantida mas a definição de assalto / ataque / violação de natureza sexual teve que ser alargada para incluir favores sexuais. Depois do primeiro dia de entrevistas, a equipa de pesquisa decidiu modificar a questão e perguntar, antes, se o respondente sabia de alguém na sua comunidade (e não um familiar) que tivesse sido vítima de estupro.

O inquérito registou dois assaltos / ataques / violações de natureza sexual e uma tentativa de assalto / ataque / violação de natureza sexual. Ambas as vítimas eram familiares dos respondentes. Armas de fogo foram usadas num assalto / ataque / violação de natureza sexual.

Haver dois assaltos / ataques / violações de natureza sexual e uma tentativa de assalto / ataque / violação de natureza sexual numa amostra de 34, parece sugerir que as pessoas em Moçambique estariam dispostas a discutir este tipo de crime. Contudo e de novo para salientar o perigo de extrapolações a partir de dados factuais de uma amostra tão pequena, a observação qualitativa no terreno contradiz isto. Foi óbvio que as pessoas não se sentiam à vontade com a pergunta – mover-se-iam nas seus assentos ou diriam imediatamente que não, sem hesitar.

Durante uma entrevista recente com um psicólogo Moçambicano<sup>6</sup> foram-lhe feitas perguntas sobre o estupro e sobre a ideia que as comunidades têm

desse crime. Segundo ele, o estupro parece ser qualquer coisa que a maior parte das mulheres pensa que terá que viver numa altura qualquer das suas vidas; não gostam dele mas acabaram por aceitá-lo como um dos factos da vida, como um risco ocupacional enquanto trabalham no campo ou vão buscar lenha ou vão buscar água. Tem que ser dito, de novo, que isto reflecte uma opinião pessoal e não uma conclusão de pesquisa. A pesquisa sobre crimes de natureza sexual apesar de difícil, é importante e é um campo inexplorado em Moçambique. Dados os esforços do governo para refrear a violência doméstica, a pesquisa neste campo poderia ser útil para a elaboração de planos de acção, corrigir princípios orientadores e conceber campanhas de consciencialização. Como este é um tópico muito sensível, a pesquisa sobre crimes de natureza sexual é normalmente realizada por psicólogos e trabalhadores experientes de serviços sociais, os quais sabem como lidar com o trauma infligido.

### **O Crime no Chimoio: Resultados do Inquérito**

O Chimoio, segundo se afirma, tem um dos mais baixos índices de criminalidade em Moçambique, nos últimos cinco anos. De acordo com a PRM em Chimoio, o índice de criminalidade na Província de Manica é de 15%. Apesar do nível de criminalidade no Chimoio ser mais elevado do que em outros centros urbanos na província, ainda é dos lugares mais seguros em Moçambique. E, no entanto, ao rever os resultados do inquérito, parece haver um elevado número de incidentes relatados para uma amostra tão pequena. Metade dos respondentes relataram roubos nas suas casas. Como os respondentes em Chimoio não vivem em prédios de apartamentos, o roubo de uma bicicleta do quintal de uma casa, por exemplo, foi considerado roubo numa casa dado que os criminosos tiveram que entrar no local físico da casa. Roubos em casas e ‘robberies’ (como definido no inquérito) parecem ser tão prevalentes que as pessoas os consideram como “sendo normais”. Muitas vezes os respondentes encolheriam os ombros e muitos responderam “concerteza” como se não houvesse alternativa (fig. 1).

### **A Deficiente Comunicação de Crimes**

O deficiente relato de crimes é vulgar em muitos países e sociedades. Crimes comunicados são normalmente aqueles que não podem ser escondidos ou tratados de outra maneira, tais como o crime de morte, onde procedimentos legais têm que ter lugar para se dispor do corpo; os que podem ser

compensados por companhias de seguros, como o roubo de carros ou roubos em casas; e os que são demasiado valiosos para não serem comunicados, tais como roubos de objectos muito valiosos como joalharia. Roubos sem importância e pequenos roubos são raramente comunicados à polícia.

Futuras pesquisas podiam beneficiar de uma compreensão mais profunda deste problema. Isto necessitaria de um inquérito com conceitos de crime melhor definidos, com crimes devidamente classificados em casas ou individuais, violentos ou económicos. Esta secção devia também ser complementada com perguntas detalhadas sobre o crime comunicado e sobre os procedimentos, por forma a dar alguns conhecimentos sobre as áreas onde os serviços da polícia / judiciários podiam ser melhorados.

### **fig. 1 – Tipos de crime**

Na comunicação de crimes, os respondentes indicaram que armas de fogo tinham sido usadas principalmente em incidentes de crime de morte e roubo de carros com o/os ocupante/es no seu interior (ver fig.2). Geralmente, o uso de armas de fogo na prática de crimes é muito baixo.

### **fig. 2 – Uso de armas de fogo em crime, 2002**

### **fig. 3 – Tipos de crime em 2002, por percentagem**

Como indicado nos resultados do inquérito, o roubo em casas é agora o crime mais vulgar entre os respondentes no Chimoio, seguido de roubos na rua ou nos autocarros, roubo de colheitas nos terrenos ou nos celeiros e roubo de animais, com excepção de cães e gatos (fig. 3).

## **Segurança**

O objectivo da secção três do inquérito é avaliar o grau de segurança que as pessoas consideram existir nas suas comunidades e como classificam a actuação da polícia. Se uma área de residência é considerada insegura é improvável que indivíduos invistam nessa área; numa eleição, a percepção de um serviço de polícia deficiente pode ser decisiva.

Isto é também a razão da importância que tem para a polícia saber a dimensão do pequeno crime que não está a ser comunicado. Uma pessoa pode não comunicar à polícia roubos de pequenas quantias mas, se estes

ocorrerem repetidamente, é improvável que a pessoa se sinta 'segura' numa determinada área. As estatísticas oficiais de criminalidade não podem incluir incidentes que não foram comunicados.

Chimoio é uma das cidades Moçambicanas com mais baixo nível de crimes comunicados e, no entanto, os respondentes nesta amostra mostraram-se preocupados com a segurança. A cidade de Chimoio foi muitas vezes mencionada à equipa de pesquisa como um modelo a seguir para outras cidades Moçambicanas e é presentemente um local de experiência piloto para um projecto de policiamento pela comunidade. Os esforços da polícia para controlar a criminalidade no Chimoio foram muitas vezes referidos e reconhecidos pelos respondentes. Se, como este estudo sugere, os crimes no Chimoio não estão a ser comunicados à polícia devido à sua natureza, estes esforços não estão, provavelmente, a ser levados ao máximo possível.

### **População Rural e Urbana**

Apesar de Chimoio ser um centro urbano, muitos dos seus habitantes têm pequenas quintas de família nos arredores da cidade. Não vivem lá mas tratam dos campos regularmente e, a maior parte das quintas tem uma pequena cabana, onde o dono pode passar a noite se for necessário. Como tal, também foram feitas perguntas em relação à segurança que eles sentem quando trabalham nas suas pequenas quintas. A fig. 4 sumariza até que ponto os respondentes se preocupam com a criminalidade.

#### **fig. 4 – Preocupações individuais sobre a criminalidade**

No contexto da amostra, pouco menos de metade (45%) dos respondentes estão ocasionalmente preocupados com a criminalidade. Contudo, 52% dos respondentes estão 'sempre' ou 'muitas vezes' preocupados com a criminalidade no Chimoio.

#### **fig. 5 – Sentimento de segurança em casa e no campo**

A Figura 5 apresenta sentimentos de segurança entre os respondentes tanto nas suas casas como nos campos. Mais respondentes sentiram-se 'mais ou menos' seguros em casa durante o dia, enquanto, em geral, se sentiram 'muito inseguros' durante a noite, tanto nas suas casas como nos campos.

A percepção por parte dos respondentes é de que a maior parte dos crimes acontece durante a noite. Referiram-se à falta de luz nas ruas e à falta de

patrulhas nocturnas da polícia como os factores principais que afectam a segurança nas suas comunidades.

### **Preocupações com a Criminalidade e o Género**

A criminalidade parece ser uma questão sempre presente na mente dos respondentes. Cinco respondentes do sexo feminino afirmaram que se preocupam 'sempre' com a criminalidade e outras seis afirmaram que se preocupam 'muitas vezes' com a criminalidade. De uma amostra de 16 mulheres, 11 comunicaram grandes preocupações com a questão.

Isto podia significar que as mulheres se podem sentir fisicamente mais vulneráveis e portanto, recear o crime mais do que os homens ou podem ver-se a si próprias como alvos preferenciais para o crime. Mas, também podia significar que as mulheres consideram que têm menos direitos, quando se trata da administração da lei. Numa conversa informal com um funcionário da polícia da Unidade de Violência Doméstica, na Beira, foi afirmado que o maior constrangimento que a unidade encontrava era convencer as mulheres a virem ao foro e comunicar a violência que é exercida contra elas. Vítimas de estupro podem decidir não comunicar o incidente, pois tal poderia criar para elas um estigma social. Todos os outros respondentes preocupam-se até um certo ponto, com o nível da criminalidade.

### **Disseminação Geográfica da Criminalidade**

A impressão criada pela amostra é de que o crime em Chimoio não é circunscrito a uma determinada área ou bairro, mas afecta toda a cidade. Estatísticas de criminalidade fornecidas pela polícia em Chimoio para as quatro estações de polícia aí existentes parecem confirmar isto (**Tabela 1**).

**Tabela 1 – Estatísticas da polícia sobre os crimes comunicados em Chimoio**

	Número de crimes comunicados em 2001	Número de crimes comunicados em 2002
Estação de Polícia 1	112	115
Estação de Polícia 2	62	63
Estação de Polícia 3	42	40
Estação de Polícia 4	49	45
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>263</b>

As estações de polícia 1 e 2 cobrem 9 bairros cada uma; as estações de polícia 3 e 4 cobrem 7 e 8 bairros respectivamente.

Em termos de bairros com maiores índices de criminalidade, a Estação de polícia 1 cobre dois e as outras estações cobrem um bairro cada uma, com níveis mais altos de criminalidade. Estes números, fornecidos pelo Comando Central da Polícia no Chimoio, sugerem que a criminalidade está relativamente espalhada e não concentrada em certos bairros.

### **Crime Organizado contra Crime Económico**

Numa recente discussão de um grupo de interessados realizada com a juventude em Maputo, os participantes fizeram uma distinção clara entre o que eles chamaram, dois tipos de crimes: crime organizado – violento, utilizando armas de fogo e envolvendo pessoas com meios financeiros; e o que foi chamado ‘crime de ignorância’, descrito como pequeno crime cometido por pessoas que não vêm outra saída nas suas vidas. Pode envolver o uso de armas de fogo ocasionalmente mas a motivação do criminoso é a tensão económica causada pela pobreza. Uma distinção semelhante foi também feita por um funcionário do Ministério do Interior em Moçambique:

“No Maputo há dois tipos de crime – crime organizado e crime económico. Tendem a usar o mesmo tipo de armas, apenas algum crime organizado utiliza tácticas diferentes, principalmente quando os criminosos são antigos soldados (como o assassino de Siba Siba). Os antigos soldados da Casa Militar, que garantiam a segurança do governo, são conhecidos dos chefes do crime organizado.”

As atitudes dos respondentes a mudanças no crime e na violência são mostradas na fig. 6. A maior parte dos respondentes sentem que tanto o crime como a violência estão a aumentar, sendo mais notória a violência.

#### **fig. 6 – Mudanças no crime e na violência**

O facto de 17 e 14 respondentes, respectivamente, acreditar que os níveis de violência e crime estão a aumentar nas suas áreas, é deveras notável para um país que viveu três décadas de conflito violento.

Isto pode ser devido à amostra, à falta de definição de violência na pergunta, e / ou ao facto de os Moçambicanos afirmarem muitas vezes que ‘antes da

guerra não havia crime'. O que parece ser aparente em resultado da observação no terreno, é que os respondentes fizeram uma diferenciação entre a violência que ocorreu durante a guerra e violência criminosa. A equipa de pesquisa não teve acesso a dados de criminalidade e, portanto, não pode confirmar a exactidão desta afirmação, mas um funcionário do Ministério do Interior em Moçambique afirmou à equipa de pesquisa que "criminosos utilizaram o cenário da guerra para cometer crimes, mas o problema não era generalizado e era 'diluído' devido à guerra".

### **Policimento nas Comunidades**

O policiamento no Chimoio não parece ser um problema geral. Mais de metade dos respondentes afirmaram que vêem polícia em serviço pelo menos de uma vez por dia e um total de 28 respondentes vê a polícia patrulhar as suas comunidade de uma vez por dia a uma vez por semana (ver **fig. 7**).

Contudo, a maior parte dos respondentes queixou-se da qualidade das patrulhas, afirmando que são irregulares e normalmente não existentes durante a noite.

Os respondentes sentiram que os esforços da polícia para controlar o crime são de 'médios' a 'maus', e a actuação da polícia é avaliada entre 'a mesma' e 'pior' (**fig. 8**). Quase o mesmo número de respondentes afirmou que a actuação da polícia tinha melhorado nos últimos anos (n=9) e que tinha piorado (n=7) (**fig. 9**).

**fig. 7 – Presença da polícia na área**

**fig. 8 – Percepções dos esforços da polícia**

**fig 9 – Percepções da actuação da polícia**

### **Actuação da Polícia**

As razões apresentadas pelos respondentes para a mudança ou falta de mudança na actuação da polícia foram semelhantes e foram usadas para justificar tanto a melhoria como o agravamento da actuação da polícia. As razões seleccionadas pelos respondentes são apresentadas a seguir. De notar que foi pedido a cada respondente para apresentar até três razões:

- **salários** dos polícias (n=8) – salários baixos vistos como uma razão para fraca actuação e um aumento dos salários como explicação para as melhorias;
- falta de **patrulhamento** ou **patrulhamento** ineficaz da comunidade (n=7);
- presença (ou falta de ) **luzes nas ruas** para a segurança nas comunidades (n=6);
- segurança melhorada nos bairros devido a **melhor actuação da polícia** (n=6);
- **colaboração entre polícias e criminosos** deteriora a segurança nas suas áreas (n=5);
- **cooperação, ou falta de cooperação, com a comunidade** foi também referida como uma razão de mudança na segurança pública (n=5);
- **corrupção** foi identificada como um factor para a deterioração da segurança pública (n=5);
- **nível de pobreza** dos funcionários da polícia (n=3);
- **outras razões** incluíram: reacção da polícia mais rápida; redução da criminalidade na área; falta de normas de conduta na polícia; campanhas de consciencialização; bons patrulhamentos; vigilantes; honestidade de alguns polícias; mau treinamento e falta de recursos para a polícia.

## Factores Influenciando a Actuação da Polícia

A consistência detectada nas respostas da amostra parece identificar três factores principais que afectam a actuação da polícia: razões económicas, corrupção e cooperação com a comunidade. Assim, as respostas da amostra foram agrupadas em três categorias: cooperação com a comunidade, incluindo todas as respostas que mencionam cooperação / falta de cooperação com a comunidade como uma importante razão para mudança; razões económicas, incluindo respostas que mencionaram salários e níveis de pobreza; corrupção, incluindo as respostas mencionando cooperação com criminosos, falta de normas de conduta e suborno.

De 60 sugestões, mais de metade (33) fazem parte destas três categorias:

**Tabela 2 – Factores influenciando a actuação da polícia**

<b>Categoria</b>	<b>Número</b>
Cooperação com a comunidade	9
Razões económicas	13
Corrupção	11
<b>Total</b>	<b>33</b>

Os respondentes pareceram considerar estes três problemas como factores chave na segurança pública: as condições de vida necessitam de ser melhoradas; a polícia e a comunidade têm que cooperar; a corrupção tem que parar. Os respondentes pareceram relacionar a corrupção na força de polícia com a pobreza.

### **Segurança na Comunidade**

Uma das maiores limitações dos projectos baseados na comunidade para controlar o crime e as armas de fogo é a dificuldade em encorajar as pessoas a fazer queixas relacionadas com os seus vizinhos. Se a atitude popular em relação a funcionários corruptos é de compreensão e simpatia, a denúncia de funcionários corruptos pode tornar-se muito difícil. Os respondentes não gostam de corrupção e queixam-se dela mas parece que acabam por aceitá-la em geral por a considerarem como inevitável na maior parte dos casos.

As comunidades que se consideram inseguras tendem a assumir a responsabilidade pela sua própria segurança, nem sempre da melhor forma. Moçambique não é estranho à justiça popular. Por alturas de 1994, no Chipamanine – o maior mercado em Maputo – se a população apanhasse um ladrão, este seria executado imediatamente. A equipa de pesquisa teve a impressão clara de que deve haver alguns movimentos, tipo vigilantes, nos bairros de Chimoio, primariamente devido a referências a ‘defesa popular’.

### **A Juventude e Soldados Desmobilizados**

Relatórios escritos por organizações envolvidas na reintegração de antigos combatentes sugerem que de facto, e contradizendo a sabedoria popular, ex-combatentes não são mais susceptíveis de cometerem crimes do que qualquer outro grupo.<sup>8</sup>

Contudo, uma entrevista com um funcionário do Ministério do Interior indicou que a maior parte dos criminosos são de meia-idade, soldados desmobilizados e desempregados. De acordo com este funcionário, soldados desmobilizados preferem dizer que estão desempregados a dizer que são antigos soldados ou “antigos Casa Militar”.

As ruas das cidades de Moçambique estão cheias de gente nova a tentar arranjar-se pelos seus próprios meios. A maior parte destes jovens tem algum nível de habilitações literárias mas consideram muito difícil a entrada no mercado do trabalho. A juventude é tradicionalmente vista com suspeita por várias razões.

### Protecção da Comunidade

Em relação à pergunta sobre o que os respondentes faziam para proteger a comunidade contra o crime, as respostas variaram entre a atitude individual (instalação de barras de protecção contra roubo ou compra de um cão) a modos de actuar mais relacionados com a comunidade, incluindo frequentar as reuniões do policiamento comunitário. A Tabela 3 sumariza as respostas a esta pergunta.

**Tabela 3 – Acções para evitar o crime**

O que está fazendo para evitar o crime na sua área?*	Número
Instalou barras de protecção contra roubo	14
Nada	14
Denuncia criminosos às autoridades comunitárias	9
Arranjou um cão	7
Denunciou criminosos às autoridades locais	6
Aassociou-se a iniciativas de policiamento local (vigilantes)	6
Denunciou os criminosos à polícia	5
Frequenta reuniões de polícia comunitária	4
Tornou-se membro de uma unidade de autodefesa	2
Sem resposta	1
Alugou um quarto	1
Alugou segurança	1

Associou-se a patrulhas de rua	0
Instalou um sistema de alarme	0
Arranjou uma arma	0

*\*Os respondentes podiam identificar mais do que um tipo de acção*

Iniciativas privadas para impedir o crime parecem prevalecer. Mesmo os respondentes que responderam ‘nada’ justificaram a resposta com a falta de recursos financeiros para instalar barras de segurança contra roubos ou um sistema de alarme.

Isto podia significar que as pessoas não confiam nas autoridades para impedir o crime nas suas áreas. Isto também pode ser devido à natureza do crime que é cometido na comunidade. Como afirmado anteriormente, pode tratar-se de crimes que não são muitas vezes comunicados.

### **Alternativas da Comunidade para a Segurança Pública**

Segundo informação da polícia no Chimoio, não tem havido relatos de “vigilantismo” ou unidades de autodefesa na área. A polícia afirmou que as comunidades têm estado a contribuir de uma forma positiva para impedir o crime e acolhe esta contribuição com agrado.

De acordo com os respondentes ao inquérito, existe também a vontade entre a população para cooperar com a polícia. A polícia no Chimoio tem estado a organizar palestras e campanhas de consciencialização nas comunidades, as quais foram mencionadas pelos respondentes.

Uma observação interessante é que os respondentes parecem mais inclinados a denunciar criminosos às autoridades da comunidade (definida como o líder informal da comunidade) em primeiro lugar, às autoridades locais (definidas como o secretário do bairro ou representante do governo) em segundo lugar e finalmente à polícia.

Isto podia significar várias coisas e pode merecer pesquisa adicional. Pode ser que as comunidades prefiram responder, elas próprias, ao crime pequeno e ir só à polícia em certas circunstâncias ou indicar falta de confiança na instituição.

## **Cooperação com a Comunidade**

O Chimoio está presentemente a ser objecto de experiências num projecto-piloto de policiamento comunitário no bairro de Fepom. Nenhum dos respondentes da amostra vem desta parte da cidade. Contudo, de acordo com a polícia do Chimoio, este projecto está a ser implementado com o apoio dos líderes da comunidade.

A última questão desta secção perguntava aos respondentes o que pensam que o governo de Moçambique podia fazer para melhorar a segurança nas suas comunidades. Era uma pergunta aberta, contudo a maior parte dos respondentes referiram-se à instalação de iluminação nas ruas, criação de emprego, melhores salários, melhoria dos recursos da polícia e melhor patrulhamento, como acções que o governo deve executar para melhorar a segurança pública.

Uma vez mais, parece que os respondentes estabelecem uma ligação clara entre problemas estruturais e o crime. Também parece que os respondentes respeitam a polícia como instituição, dado que muitas das respostas puseram ênfase numa maior cooperação com as comunidades e muitos pedem laços mais fortes e mais campanhas de consciencialização.

## **Atitudes em relação a armas de fogo**

O objectivo da quarta secção do inquérito era de fazer pesquisa sobre as atitudes populares em relação a armas de fogo; se as armas de fogo são usadas e, também, como estão a ser usadas.

Tendo conhecimento das atitudes populares em relação a armas de fogo, permite ao governo elaborar planos de acção e conceber campanhas de consciencialização específicas e dirigidas.

No caso deste estudo, o objectivo principal era verificar qual a vontade que as pessoas teriam em responder a questões relacionadas com armas de fogo.

Durante reuniões anteriores com organizações que levam a cabo a recolha de armas de fogo, tais como a TAE, a equipa de pesquisa foi informada de que este era um tópico sensível.

Não foi diferente no Chimoio. Era óbvio que as pessoas se sentiam

desconfortáveis a responder a perguntas sobre armas. Os respondentes tinham que ser encorajados a dar respostas diferentes de ‘não sei’.

Apesar de os respondentes terem relutância em responder a perguntas tais como “se precisar de uma arma, tem fácil acesso a ela” (pergunta 4.7), tinham menos relutância quando questionados sobre as suas atitudes em relação a armas de fogo. Os respondentes não hesitavam em dizer porque gostariam ou não de ter uma arma de fogo.

A pergunta 4.12 “o que recomendaria para reduzir a disponibilidade de armas na sua comunidade” apresentou duas respostas claras: Dar mais poder à polícia e promover mais programas de recolha de armas. Foi então perguntado aos respondentes se eles concordavam ou não com alguma das alternativas e também se gostariam de acrescentar qualquer outro tipo de iniciativa. Quase todos os respondentes acrescentaram as suas propostas para o controle de armas. Parece que a relutância sobre este assunto está ligada à natureza das perguntas e pode, portanto, ser ultrapassada. Mais pesquisa sobre este assunto não devia excluir estas perguntas.

No decurso desta secção, os respondentes olhavam, por vezes, em redor para se certificarem de que ninguém os estava a ouvir, antes de se aventurarem a dar uma resposta.

O primeiro grupo de perguntas pretende saber qual a frequência do uso de armas em crimes na comunidade, qual a frequência com que o respondente ouviu tiros na sua comunidade, e se comparada com anos anteriores, a disponibilidade de armas mudou. A maior parte dos respondentes (n=21) afirma que armas são utilizadas ‘algumas vezes’ e ‘raramente’ para cometer crimes nas suas comunidades, e metade da amostra (n=17) respondeu que armas de fogo eram usadas ‘raramente’ e ‘nunca’ (**ver fig. 10**). Isto parece confirmar o padrão de utilização de armas notado anteriormente no inquérito, segundo o qual a maior parte dos incidentes não envolveu o uso de armas de fogo.

### **fig. 10 – Frequência do uso de armas de fogo na prática de crimes**

O mesmo pode ser dito em relação à pergunta seguinte sobre a frequência de tiros na comunidade. A maior parte (n=27) afirmou ouvir tiros ‘algumas vezes’ (n=18) e ‘raramente’ (n=9) enquanto 13 respondentes afirmaram ‘raramente’ e ‘nunca’ (n=4). Estes números são também consistentes com a impressão que a equipa teve no terreno de que armas de fogo podem não

representar ainda um problema na criminalidade nesta área.

### **fig. 11 – Disponibilidade de armas de fogo**

Uma clara maioria dos respondentes (n=21) afirmou que a disponibilidade de armas tinha diminuído (fig. 11). Contudo, aproximadamente um terço da amostra afirmou não ter havido mudança ou ter havido um aumento no número de armas.

Aos respondentes foi perguntado o que eles consideravam como a razão principal para a alteração da disponibilidade de armas. Um sumário das respostas é apresentado na fig. 12. Devia ser notado que as respostas podem referir um aumento ou uma diminuição no número de armas disponíveis e que os respondentes podiam dar mais do que uma resposta.

### **fig. 12 – Razão principal para a disponibilidade de armas**

#### **A Guerra e a Disponibilidade de Armas de Fogo**

A maior parte dos respondentes que assinalaram uma redução na disponibilidade de armas pareceram atribuir essa redução, principalmente a acontecimentos relacionados com a guerra: programas de recolha de armas, desmobilização, o fim da guerra e campanhas de consciencialização. Oito respondentes fazem a ligação entre as armas de fogo e o crime e atribuem a redução a esforços da polícia, com ou sem o apoio da comunidade.

Os respondentes que pensam que a disponibilidade de armas aumentou (n=8) atribuem a mudança ao facto de que as armas recolhidas estão nas mãos erradas e / ou a polícia é incapaz de controlar a situação. Perguntas sobre o que os respondentes entendiam por 'mãos erradas' tiveram respostas bruscas e explicaram à equipa que oficiais do exército e da polícia alugavam a criminosos ou as suas próprias armas ou armas recolhidas depois da guerra. Um dos respondentes atribuiu o decréscimo do número de armas ao facto de "muitos polícias terem sido despedidos por terem vendido ou alugado as suas armas a criminosos".

#### **A Origem das Armas de Fogo**

A ideia inicial da equipa de pesquisa era verificar se os restos da guerra,

ainda em esconderijos de armas, eram considerados como sendo utilizados em crimes. Segundo oito dos respondentes, há um maior número de armas já recolhidas que estão a ser utilizadas em crimes. Segundo um funcionário do Ministério do Interior de Moçambique, as armas utilizadas presentemente no crime urbano estão a ser alugadas pelos seus legítimos donos ou estavam escondidas em esconderijos de armas, o que parece estar de acordo com as afirmações dos respondentes.

## **O Acesso às Armas de Fogo**

As perguntas seguintes foram mais de natureza pessoal para tentar estabelecer como pensavam os respondentes, como indivíduos, em relação às armas de fogo. Aos respondentes era perguntado se conheciam alguém, amigo ou familiar, que fosse dono de uma arma, se essa pessoa tem uma licença para porte de armas; se o respondente tem acesso a uma arma se for necessário, e se o respondente gostaria de ter uma arma. As perguntas foram complementadas por uma pergunta aberta que pedia aos respondentes para que indicassem a razão porque gostariam de ter, ou não, uma arma.

A maior parte dos respondentes afirmou que não tinha amigos nem familiares que possuíssem armas. Nenhum dos respondentes se mostrou à vontade a responder a este grupo de perguntas. A maioria dos respondentes afirmou não ter acesso a uma arma de fogo e não queriam ter uma arma.

Apenas dois respondentes afirmaram ter acesso fácil a uma arma de fogo, o que é interessante porque ambos afirmaram que não conheciam ninguém que possuísse uma arma.

Isto parece sugerir que não há uma cultura de armas em Moçambique. Os respondentes não pareceram pensar em armas como qualquer coisa que uma pessoa deva ter, mas antes como algo que não é exactamente honroso ou correcto possuir. Parece haver uma associação entre armas, guerra e distúrbios sociais. A equipa foi surpreendida pelo facto de nenhum respondente ter associado armas de fogo à caça, como era esperado.

## **Razões para a Posse de Armas de Fogo**

Os respondentes que afirmaram gostar de possuir uma arma de fogo justificaram esse desejo com razões de segurança. As razões dadas pelos respondentes que não queriam uma arma de fogo formam três categorias:

- ter uma arma em tempo de paz não faz sentido
- medo de ter e manusear uma arma de fogo

- medo de vir a utilizar a arma

Catorze respondentes atribuíram o seu desejo de não possuir uma arma a considerarem que armas trazem violência para o seio das comunidades ou porque têm medo de poderem ser tentados a utilizá-la. Parece que os respondentes nesta amostra sentem que armas podem ter um impacto no comportamento de uma pessoa e no seu sentido próprio. Alguns respondentes afirmaram que armas “trazem desobediência” e foi-lhes pedido que explicassem a sua afirmação. Segundo eles, se temos uma arma, sentimos o poder de fazermos mais daquilo que queremos e menos daquilo que devemos. É mais fácil desobedecer as normas.

Um outro respondente respondeu com uma parábola sobre leões e cordeiros, que não se pode mudar a natureza das coisas e que armas servem para matar.

### Controlo das Armas de Fogo

O conjunto seguinte de perguntas converge sobre o controlo de armas e pergunta aos respondentes como sentem as medidas de controlo de armas nas suas comunidades. As primeiras duas perguntas pedem a opinião dos respondentes sobre se o controle de armas devia ser melhorado e se eles estariam dispostos a encorajar as pessoas a entregar as suas armas, uma vez que a segurança nas suas comunidades melhorasse (Tabela 4).

**Tabela 4 – Atitudes sobre o controle de armas de fogo**

Pergunta	Sim	Não	Não sei	Sem resposta
Pensa que o controle de armas na sua área necessita de ser melhorado?	29	2	2	1
Pergunta	Sim	Não	Não sei	Sem resposta
Se a segurança na sua área melhorar encorajará as pessoas a entregar as armas?	3	2	1	1

### Comunidades e Esforços de Desarmamento

De um modo geral os respondentes exprimiram a sua vontade de apoiar os

esforços para desarmar as comunidades. A maioria dos respondentes pensa que o controle de armas tem que ser melhorado e está disposta a contribuir para os esforços de desarmamento. Se a pesquisa futura confirmar esta tendência, o governo de Moçambique parece estar numa posição muito confortável para fortalecer os esforços de controle de armas.

Aos respondentes foram dadas duas recomendações sobre a melhoria do controle das armas de fogo nas suas comunidades. Aos respondentes foi pedido para escolherem qual delas preferiam e, também, se gostariam de acrescentar mais recomendações. A tabela 5 apresenta as respostas.

**Tabela 5 – Recomendações para melhorar o controle sobre armas de fogo**

<b>Recomendação</b>	<b>Respondentes*</b>
Dar à polícia mais poder para apreender armas ilegais	22
Promover mais programas de recolha de armas	13
Sem resposta	9

\* Os respondentes podiam escolher ambas as recomendações.

A maior parte dos respondentes apoiam a ideia de dar à polícia mais poder para controlar armas ilegais. As outras sugestões feitas pelos respondentes estão de acordo com respostas dadas anteriormente. Estas incluem mais coordenação entre a polícia e as comunidades e a promoção de uma maior consciencialização. Os respondentes também se referiram aos problemas estruturais da pobreza e ainda da necessidade de melhoramentos nas condições de trabalho da polícia.

Aos respondentes foi pedida a sua opinião sobre as fontes de armas ilegais quer em Moçambique quer no estrangeiro. A maior parte (n=20) afirmou que as armas nas comunidades eram restos da guerra.. Contudo estas não são necessariamente armas que se mantêm em esconderijos. Nalgumas instâncias, os respondentes identificaram especificamente as armas que foram capturadas durante a operação ONUMOZ mas que não foram destruídas nessa altura.

## Percepções sobre Segurança e Armas de Fogo.

A última secção do inquérito explorou a ligação entre armas de fogo e segurança e fez perguntas aos respondentes sobre criminalidade, armas de fogo e programas de recolha de armas de fogo

Aos respondentes foi pedido para identificarem o que acreditavam ser algumas das motivações para o crime no Chimoio. As suas respostas estão sumarizadas na Tabela 6. Os respondentes podiam indicar mais de uma razão.

**Tabela 6 – Causas do crime**

Razão	Número
Desemprego	20
Pobreza	17
Vida fácil	8
Sem resposta	6
Uso de drogas	5
Pouca educação	5
Frustrações pessoais	4
Condições de vida difíceis	3
Exclusão	1
Juventude frustrada	1
Ódio	1
Falta de tolerância	1
Uso de drogas	1
Álcool	1
Inactividade	1
Falta de luz nas ruas	1
Falta de casas seguras.	1

A maior parte dos respondentes atribuiu o crime a problemas de natureza estrutural (desemprego, pobreza e condições de vida difíceis).

Aos respondentes foi então feita uma série de perguntas relacionadas com as

armas que são mais comuns nas suas áreas. O objectivo destas perguntas era de estabelecer um padrão, se ele existisse, da presença de armas em cada comunidade e de identificar uma ligação possível com a situação da criminalidade.

### **Fig. 13 –Armas de fogo mais comuns**

Os respondentes afirmaram que havia mais armas automáticas do que pistolas nas comunidades (Fig. 13). Nenhum respondente mencionou caçadeiras ou espingardas , apesar da Província de Manica ser uma região onde a caça era comum antes da guerra. A maioria dos respondentes (75%) afirmou que a presença de armas de fogo agrava a criminalidade na comunidade (Figura 14).

### **Fig. 14 – É a criminalidade na comunidade afectada negativamente pela armas de fogo?**

Às duas perguntas sobre a comparação entre a frequência do uso de armas antes e depois das eleições, os respondentes parecem ser consistentes quanto a um uso menos frequente de armas (Fig. 15).

### **Fig. 15 – Mudança na disponibilidade de armas de fogo**

## **Esforços de Desarmamento no Pós-guerra**

Aos respondentes foi perguntado onde pensavam que as armas tinham sido entregues depois do AGP (Fig. 16). A maioria dos respondentes afirmou que as armas de fogo entregues pela milícia foram entregues nos quartéis militares, aparentemente seria este o procedimento apropriado.

### **Fig. 16 – Pontos de recolha de armas**

Nenhum dos respondentes tinha participado em esforços de recolha de armas apesar de 13 de entre eles serem suficientemente idosos para terem sido ou soldados ou milícia. O inquérito não incluía uma pergunta directa sobre se o respondente tinha sido, ou não, parte de um grupo de milícias. Nenhum respondente admitiu ter pertencido a um grupo de milícias; pelo contrário, alguns afirmariam que não tinham servido nas milícias.

Aos respondentes foi perguntado por que pensavam que alguns membros da milícia não tinham querido entregar as suas armas de fogo depois da guerra. Onze respondentes não responderam à pergunta ou afirmaram que não sabiam e um respondente recusou-se a responder a mais perguntas. As razões mais frequentes atribuídas a algumas milícias para não entregarem as armas eram o medo da guerra renovada, a necessidade de protecção e não saberem onde as entregar.

Os respondentes mostraram-se desconfortáveis com as perguntas subsequentes sobre esconderijos de armas e muitos deles fariam questão de realçar que não sabiam de nenhum esconderijo em redor da sua comunidade; ou que nunca tinham encontrado um. A maior parte da amostra negou tanto a presença de esconderijos de armas nas suas comunidades (n=24) como a sua participação em encontrá-los (n=19). Alguns dos respondentes tinham ouvido falar da Operação Rachel e do programa TAE do CCM.

Em relação à pergunta sobre como as comunidades identificam esconderijos de armas, quase todos os respondentes responderam o mesmo: esconderijos de armas foram encontrados quando os refugiados começaram a reinstalar-se e tiveram que desbravar terras para agricultura, ou quando procuravam materias de construção para as suas habitações.

Dada a existência de dois programas de recolha de armas bem sucedidos em Moçambique – a Operação Rachel e o TAE, o inquérito incluiu perguntas sobre ambos os projectos. Apesar da maioria dos respondentes ter afirmado que a sua comunidade não tinha cooperado com qualquer das iniciativas, 17 respondentes dariam informações sobre esconderijos de armas ao TAE, enquanto 18 prestariam informações à polícia.

## **Lições Aprendidas e Recomendações para Pesquisa Futura**

A conclusão mais importante deste inquérito foi o engajamento dos respondentes em completarem o questionário, mesmo quando as perguntas começaram a ser desconfortáveis. As pessoas mostraram relutância em responder a algumas perguntas e é duvidoso que tenham sido francas em algumas das respostas, mas isto não devia impedir mais exercícios de pesquisa.

O achado principal deste inquérito é que este tipo de pesquisa é

possível em Moçambique - as pessoas compreendem as perguntas e, apesar de alguma relutância, as pessoas respondem e participam. Muitos respondentes, no fim do inquérito, disseram aos entrevistadores quanto tinham gostado de ser entrevistados e pediram à equipa que passasse as preocupações da população àqueles que lhes poderiam dar respostas.

Contudo este capítulo também levanta várias questões para pesquisa futura e faz algumas recomendações.

A pesquisa em Moçambique devia, de preferência, ser estendida a pelo menos uma Província fora de Maputo. Como afirmado anteriormente, a pesquisa baseada apenas na cidade capital pode apresentar tendências e padrões não comuns ao resto do país. Um dos principais objectivos da pesquisa é fornecer às instituições, informação que lhes permitam conceber e implementar planos de acção e estratégias. Como tal, os dados recolhidos em Maputo deviam ser verificados contra os dados recolhidos a nível provincial.

Existe a necessidade de se saber exactamente que tipos de crime estão a ser cometidos nestas comunidades e a dimensão da falta de comunicação. Estatísticas que não incluam estas duas dimensões podem estar a apresentar uma imagem distorcida da situação. Planos de acção e estratégias baseadas nesta imagem distorcida podem tornar-se difíceis de implementar ou de não dar os resultados esperados. Isto pode dar lugar a mais frustrações tanto na população que não se apercebe de melhorias, como nas forças de polícia, que não vêem os seus esforços recompensados, façam o que fizerem.

Este relatório sugere que deve haver uma ligação entre os problemas estruturais e o crime em Moçambique. Ao compreenderem-se as motivações do crime é depois importante conceber planos de acção e fornecer os recursos. Pode também apontar-se para situações que requerem um modo de agir mais global, envolvendo recursos e estratégias provenientes de mais do que um ministério. O crime e a segurança não deviam ser dissociados do ambiente social e económico existente, e as medidas para controle da criminalidade podem também vir de sectores que não da polícia ou do Ministério do Interior.

Algumas circunstâncias parece serem peculiares a Moçambique e deviam ser tomadas em consideração ao conceber mais projectos de pesquisa. Ao definir a amostra da população, deveria haver o cuidado de apreciar o facto

de alguns agregados familiares Moçambicanos serem chefiados por crianças ou jovens. Questões, incluindo comparações, deviam incluir a referência ao tamanho, quantidade ou tempo. Conceitos como tipos de crime, violência e crime deviam ser cuidadosamente definidos, tendo em consideração as décadas de violência histórica..

Uma outra percepção que emergiu neste inquérito é a suspeita de corrupção no seio da polícia. Isto não é novo e o Ministério do Interior está ao corrente das percepções. Muitos esforços foram feitos em Moçambique para eliminar a corrupção e muitas instituições mostram sinais de melhoramentos visíveis.

Nenhum destes problemas é novo em Moçambique nem é exclusivo deste país. Governos de todo o mundo enfrentaram ou ainda enfrentam problemas semelhantes.

Mais do que qualquer outra coisa, este pequeno inquérito ilustrou como a pesquisa pode fornecer informação que pode ser depois formulada em planos de acção e maneiras de actuar para os governos. O Ministério do Interior reconhece a importância da pesquisa e pode beneficiar, através do envolvimento com outros ministérios, realizando pesquisa adicional e propostas de pesquisa em áreas de particular relevância para o Ministério, o que o auxiliará a realizar o seu trabalho.

## Notas

1. Entrevista pessoal.
2. Fonte: website do INE.
3. Fonte: website do INE.
4. Inquéritos de casa em casa efectuados durante as horas de trabalho, por exemplo, correm o risco de coincidir principalmente nas donas de casa, pois é mais provável que durante este período, elas sejam as ocupantes das casas.
5. T Legget, *Arrendamento Arco-íris, Crime e Policiamento no interior de Johannesburg*, ISS, Monografia 78, 2003.
6. Entrevista pessoal em 11.2.2003 em Maputo.
7. A arma de fogo utilizada para assassinar Carlos Cardoso nunca foi

encontrada e suspeita-se que possa pertencer aos armazéns da polícia.

Ver o relatório mais recente publicado pela PROPAZ, uma ONG Moçambicana que trata da re-integração social de antigos combatentes. Alex Vines, na op.ci. também se refere ao facto de que soldados desmobilizados não estão mais envolvidos na criminalidade do que outros grupos sociais. Entrevistas com muitos Moçambicanos exprimiram a mesma opinião.

# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

---

## Conclusões e Recomendações

O facto desta monografia poder ter sido feita, é testemunho da vontade política de reforma que existe, a todos os níveis das forças de segurança, em Moçambique. Os oficiais entrevistados têm que lidar diariamente com as frustrações resultantes dos problemas e sentem-se impotentes para os resolver. Estão prontos a cooperar e a implementar reformas; apenas aguardam pelo sinal dos níveis mais altos do comando político.

O desenvolvimento de Moçambique, no período pós-independência, tem sido limitado pela insegurança humana – primeiro com a guerra civil e depois, a seguir ao acordo de paz, com a proliferação de armas ligeiras. As recentes catástrofes naturais, como as cheias de 2000 e 2001, trouxeram à tona a dependência dos recursos regionais e mostraram a vulnerabilidade e a falta de recursos do sector da segurança para as poder enfrentar. Mas teve também uma vantagem – mostrou aos Moçambicanos o papel positivo que um sector de segurança profissional, responsável e independente pode desempenhar. Estabeleceu uma base sobre a qual se pode construir a imagem positiva para o sector da segurança. A percepção que os Moçambicanos têm das suas forças de segurança é bastante má, como as respostas ao inquérito (Capítulo 4) parecem indicar. E, no entanto, os Moçambicanos estão prontos a apoiar melhoramentos no sector da segurança e a mostrar o seu apreço pelas medidas tomadas até agora.

## Desafios no Período Pós-independência

A seguir à independência, os desafios mais difíceis para a Frelimo a seguir foram os de construir uma nação a partir de chefias tribais retalhadas, com relações históricas duvidosas, criar uma identidade nacional entre povos com línguas diferentes e poucos traços culturais comuns e definir a soberania nacional num ambiente regional hostil. Estas questões eram

inextricáveis das dinâmicas da guerra civil e definiriam, mais tarde, a estratégia da Frelimo durante o processo de paz. A Frelimo era o partido dominante em Moçambique na altura do Acordo Geral de Paz, partindo de um passado de lei de partido único. Isto criou um ambiente em que interesses partidários e do estado não eram diferenciáveis.

A Frelimo patrocinou a mudança para o sistema multipartidário mas parece ter sido incapaz de interiorizar essa mudança. Esta é uma situação que, tanto o partido Frelimo como o governo de Moçambique, podem querer analisar e corrigir. Durante o período da ONUMOZ, a política e as estratégias partidárias parece terem tomado prioridade sobre os interesses nacionais e este tem sido um padrão relativamente constante. A política da Frelimo em relação à identidade nacional tem sido sempre uma de inclusão/exclusão, mas dentro do enquadramento partidário – o interesse do partido era também o interesse da nação. Moçambique sofreu as consequências quando regimes hostis aproveitaram o descontentamento e a privação de direitos criados por uma tal atitude. Numa situação multipartidária, tais atitudes correm o risco de alienar segmentos da população. Para além disso, tal atitude pode eventualmente causar problemas a nível nacional, que poderão ser de difícil correcção a qualquer governo, seja ele qual for. Parece-nos ser isto o que aconteceu no sector da segurança durante a missão da ONUMOZ.

## **Apoio desigual de doadores**

Considerado como uma estrutura menos política do que as forças armadas, a polícia conseguia obter apoios por parte de vários doadores, desde assistência técnica, fornecimento de equipamento até ao desenvolvimento de capacidade. Os benefícios deste apoio são evidentes e muito tem sido conseguido. A maior parte dos Moçambicanos reconhece a mudança notável nas atitudes da polícia para com as populações. Contudo, tanto o governo de Moçambique como os doadores deviam reflectir sobre a validade de tal apoio, quando ele não é integrado numa estratégia de reforma mais vasta que incluía todas as agências do sector da segurança no país.

Se era aceitável em 1994 adiar qualquer reforma do sector da segurança, hoje, dez anos já passados do processo de paz, tal já não é o caso. Tradicionalmente, o sector da segurança não é considerado como um parceiro na luta contra a pobreza. Contudo, dado o impacto que um sector de segurança deficiente pode ter no desenvolvimento sustentável e na alívio da pobreza, mais agências e trabalhadores de desenvolvimento estão a

mudar as suas atenções para questões de segurança. Falta de segurança pública significa falta de investimento e perda de propriedades; significa dirigir os escassos recursos de outros sectores para tentar aliviar uma situação impossível; significa desenvolvimento desigual. Não vale a pena apoiar a destruição das SALW em Moçambique se o governo não consegue acabar com o seu fornecimento.

Moçambique tem duas iniciativas de desarmamento em curso – a Operação Rachel e o projecto Enxadas por Armas, que têm sido muito bem sucedidos e merecem o apoio contínuo da comunidade internacional. Contudo, os esforços para tratar da segurança regional não podem ser reduzidos a estes dois programas e a algumas iniciativas ao acaso, envolvendo a polícia ou o exército. Moçambique merece um sector de segurança moderno e profissional, apto a garantir a segurança do território nacional e segurança dos cidadãos Moçambicanos. Está nas mãos do GdM mostrar a vontade política de o fazer e na capacidade da comunidade internacional de apoiar essa vontade política.

O governo enfrenta um desafio difícil – a corrupção notada no seio das estruturas governamentais, incluindo o sector da segurança. A corrupção foi um tema que emergiu, vezes sem conta, durante entrevistas, grupos de discussão e encontros. Os Moçambicanos sentem, com razão, que têm estado demasiado em evidência no que respeita à corrupção. Como um dos entrevistados disse à equipa de pesquisa: “parece que não há outros países corruptos no mundo. Parece que nós somos os únicos a sofrer de corrupção” e é verdade que alguns julgamentos em tribunal de pessoas importantes, seguidos de perto pelos órgãos de informação locais e internacionais, trouxeram Moçambique e o problema da corrupção ao primeiro plano.

Esta percepção de que as instituições são vulneráveis à corrupção irá ter, certamente, influência na forma como a comunidade internacional irá entender o engajamento do governo na implementação da reforma efectiva no sector da segurança. Para desfazer tal percepção, o governo poderá ter que estar disposto a tomar compromissos. Participantes no workshop (Capítulo3) sugeriram que o governo apresentasse aos doadores pedidos de assistência, mostrando uma maior vontade para discutir questões difíceis, tais como a corrupção. Também sugeriram que as instituições governamentais fossem mais precisas e menos ambiciosas nas propostas que fazem aos doadores.

Em relação a armas ligeiras, o governo de Moçambique parece estar num

situação deveras vantajosa – o povo não apenas apoia qualquer medida para controlar a presença de armas de fogo como está também disposto a contribuir para tais esforços. Mais, parece não haver ainda uma cultura generalizada de armas em Moçambique.

A presente situação parece ser ideal para aumentar a consciencialização do público em Moçambique no que respeita à ameaça de armas de pequeno porte e armas ligeiras. Também enviaria um sinal às comunidades sobre o empenhamento do governo em controlar a disponibilidade de armas de pequeno porte que as comunidades consideram como uma ameaça à sua segurança.

Operações para reduzir o número de armas ilegais em Moçambique têm estado a decorrer e o Ministério do Interior pode querer intensificá-las, dado o aparente apoio da população. Para além disto, o Ministério do Interior devia tratar dos armamentos existentes, pois eles parecem estar a ter um impacto na segurança pública.

Mais pesquisa sobre armas pequenas e armas ligeiras em Moçambique é claramente necessária para assistir na formulação de planos de acção. A COPRECAL, como estrutura coordenadora devia identificar áreas de pesquisa e associados de pesquisa. Tal pesquisa é possível e os dados obtidos podem ser usados para observar o sucesso das diferentes intervenções; para corrigir planos de acção ou intervenções; para atribuir fundos; para identificar áreas problemáticas. A pesquisa no terreno tem o bónus adicional de fazer as populações sentir que estão sendo ouvidas.

Internacionalmente, Moçambique é reconhecido como um dos países africanos mais avançados no controle e prevenção de armas de pequeno porte e armas ligeiras. Internamente o governo parece ter o apoio da população. Moçambique assumiu também a presidência da União Africana; eleições locais em 2003 serão seguidas de eleições gerais em 2004. Tanto a população de Moçambique como a comunidade internacional parecem apoiar os esforços para impedir e controlar armas de fogo ilegais. A contribuição de Moçambique para estes esforços está bem documentada e ambos os programas de recolha das SALW em vigor em Moçambique têm sido consistentemente aclamados como muito bem sucedidos.

O apoio de doadores internacionais às iniciativas de controlo e prevenção de armas de pequeno porte e armas ligeiras parece estar a crescer e Moçambique está muito bem colocado para beneficiar deste apoio.

# ANEXO I: QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO

---

## 1. Inquérito

- 1.1 Número de Questionário
- 1.2 Nome do entrevistador
- 1.3 Data da entrevista dd/mm/yyyy
- 1.4 Local da entrevista
- 1.5 Lugar da entrevista 1 = lugar público 2 = em casa 3= escritório
- 1.6 Nome do repondente (opcional)
- 1.7 Sexo do respondente 1 = masc. 2 = fem.
- 1.8 Idade do respondente (indicar ano de nascimento)
- 1.9 Área de residência
- 1.10 Educação (indicar apenas anos completados)
- 1.11 tipo de negócio: 1 = loja; 2 = banca de mercado; 3 =banca de rua; 4 = vendedor de rua 5 =profissionais (mecânico auto carpinteiro etc.)
- 1.12 Profissão / actividades gerando receita: 1 =sector público; 2 = sector privado; 3 = sector informal; 4 =agricultura; 5 = outros

## 2. Padrões dos crimes e percepções de segurança

*Durante os últimos dez anos viveu ou viveu a sua família qualquer dos crimes seguintes*

***(apenas residência familiar)***

**1 =sim**

**2 =não**

**Nº. de vezes em 2002**

**Nº. de vezes depois das eleições(1994)**

**Nº. de vezes antes das eleições (1994)**

- 2.1 Roubo em casa
- 2.2 Roubo de gado

- 2.3 Roubo de colheita,
- 2.4 Roubo de carro com o dono lá dentro
- 2.5 Roubo de carro
- 2.6 Estragos deliberados ou destruição de propriedade
- 2.7 Equipamento agrícola
- 2.8 Assalto - se lhe bateram
- 2.9 Roubo *-se foi roubado*
- 2.10 Assassinio - só entre os membros do agregado familiar
- 2.11 Assalto sexual, estupro ou tentativa de estupro

### 3. Tendências de Segurança

- 3.1 A questão do crime preocupa-o....1 =sempre; 2 =muitas vezes; 3 =de vez em quando; 4 = raramente 5 = nunca
- 3.2 Sente-se seguro quando anda na sua área residencial durante o dia? 1 =muito seguro; 2 =seguro; 3 = média; 4 =um pouco inseguro; 5 =muito inseguro
- 3.3 Sente-se seguro quando anda na sua área residencial à noite? 1 = muito seguro; 2 =seguro; 3 =média; 4 = um pouco inseguro; 5 =muito inseguro
- 3.4 Sente-se seguro quando anda nos seus campos / a apanhar madeira / quando vai buscar água durante o dia? 1 =muito seguro; 2 =seguro; 3 =média; 4 = um pouco inseguro; 5 =muito inseguro
- 3.5 Sente-se seguro a andar nos seus campos / apanhar madeira / buscar água à noite? 1 = muito seguro; 2 = seguro; 3 =média; 4 =um pouco inseguro; 5 =muito inseguro
- 3.6 Comparado com os anos anteriores, pensa que o nível de violência na sua área: 1 =aumentou; 2 = está na mesma; 3 = diminuiu
- 3.7 Comparado com os anos anteriores, pensa que o nível do crime na sua área: 1 = aumentou; 2 = está na mesma; 3 = diminuiu
- 3.8 Quantas vezes vê um polícia em serviço na sua aldeia? 1 = pelo menos uma vez por dia; 2 = pelo menos uma vez por semana; 3 = pelo menos uma vez por mês; 4 =menos que uma vez por mês; 5 =

nunca

- 3.9 Pensa que a polícia na sua área está a fazer um bom trabalho controlar o crime? 1 =sim,um muito bom trabalho; 2 = sim, um bom trabalho; 3 = um trabalho médio ; 4 = Não, um mau trabalho 5 = não, um muito mau trabalho
- 3.10 Comparado com os anos anteriores, sente que o serviço da polícia na sua área está a ficar : 1 =muito melhor; 2 =melhor; 3 =na mesma; 4 =pior; 5 =muito pior
- 3.11 O que pensa que foi a causa do serviço da polícia mudar ou não mudar? ( Não escolha mais de três)
- 3.12 Se a polícia não está a proteger a comunidade, quem está a garantir a segurança no seu bairro?
- 3.13 Pensa que o crime é cometido na sua área por: 1 =*peçoas de fora da área*; 2 =*peçoas desta área*; 3 =*ambas*; 4 =*juventude*;; 5 =*antigos combatentes*; 6 =*não sabe*
- 3.14 Há algumas quadrilhas na sua área? 1 =*sim*; 2 =*não*; 3 =*não sabe*
- 3.15 Qual a força das quadrilhas na sua área? 1 = *muito fortes*; 2 =*fortes*; 3 =*média*; 4 =*fracas*; 5 = *muito fracas*
- 3.16 Qual é o tipo de crime de que tem mais medo na sua área? 1 = roubo nas casas; 2 = estupro; 3 =assassínio; 4 =abuso de crianças; 5 =roubo de gado; 6 = carteiristas; 7 =assalto a carros com o condutor dentro; 8 = crime relacionado com drogas; 9 = crime de quadrilhas; 10 = roubo; 11 = assalto; 12 = lutas; 13 = roubo armado; 14 = não há muito crime; 15 = outros (especifique)
- 3.17 O que fez você pessoalmente ou um membro da sua família para acabar com o crime na sua comunidade?
  - 3.17.1 participo nas patrulhas de rua
  - 3.17.2 Comunico os crimes / criminosos à polícia
  - 3.17.3 Comunico os crimes / criminosos aos conselheiros da câmara
  - 3.17.4 Comunico o crime / criminosos à comunidade / ao comité da rua
  - 3.17.5 Participo nos fóruns comunitários da polícia
  - 3.17.6 Participo em unidades de autodefesa
  - 3.17.7 Instalei barras contra roubos na casa
  - 3.17.8 Iniciativa da polícia local
  - 3.17.9 Instalei um sistema de alarme
  - 3.17.10 aluguei um quarto

- 3.17.11 contratei uma companhia de segurança
- 3.17.12 arranjei uma arma
- 3.17.13 Arranjei um cão
- 3.17.14 Nada
- 3.17.15 Outros : especifique
- 3.17.16 Participo em unidades de autodefesa
- 3.17.17 Instalei barras contra roubos na casa
- 3.17.18 Iniciativa da polícia local

3.18 Qual o tipo de crime que é mais comum na sua área? Faça um círculo só em um número

1 =roubo de casa	6 =carteirismo	11 = assalto
2 =estupro	7 =assalto a carro com condutor	12 =luta de facções
3 =assassínio	8 = crime ligado a drogas	13 = roubo armado
4 =abuso de crianças	9 =crime ligado a quadrilhas	14 = não há muito crime
5 =roubo de gado	10 =roubo	15 = Outros (especifique)

3.19 Qual a forma de protecção que usa para proteger a sua casa?

1 =recusa a responder	9 =sistema de alarme
2 =guarda de segurança	10 = patrulhas da comunidade
3 = cão	11 =métodos tradicionais
4 = barreira natural	12 = grades especiais para janelas e portas (madeira /ramos silvestres)
	13 =arame farpado/garrafas partidas
5 =machado/pau / moca	14 = arma
6 =resposta armada	15 = outros (especifique)
7 =cadeados especiais para portas	
8 =vedação/parede alta	

O que pensa que o governo pode fazer para melhorar a situação do crime na sua comunidade?

#### 4. Tendências e atitudes em relação a armas de fogo

- 4.1 Qual a frequência do uso de armas de fogo para cometer crimes na sua comunidade? 1 =sempre; 2 = muitas vezes; 3 =algumas vezes; 4 =raramente; 5 =nunca
- 4.2 Qual a frequência com que ouve tiros na sua comunidade? 1 = sempre; 2 =muitas vezes; 3 =algumas vezes; 4 =raramente; 5 =nunca
- 4.3 Comparado com os anos anteriores, o número de armas de fogo: 1 =aumentou; 2 =não mudou; 3 = diminuiu
- 4.4 O que pensa ser a razão principal para a mudança do número de armas?
- 4.5 Sabe de algum amigo próximo ou um familiar que tenha uma arma? 1 = sim 2 =não 3 =não sei 4 =recusou-se a responder
- 4.6 Sabe se a arma tem licença? 1 =sim 2 =não 3 =é provável que sim 4 =provavelmente não
- 4.7 Tem acesso fácil a uma arma se precisar de uma? 1 = sim 2 =não 3 =não sabe 4 = recusou-se a responder
- 4.8 Gostaria de ser proprietário de uma arma? 1 =sim 2 =não 3 =não sabe 4 =recusou-se a responder
- 4.9 Qual é a razão principal para ter ou não ter uma arma sua?
- 4.10 Pensa que é necessário melhorar o controle sobre o número de armas na sua área? 1 = sim 2 =não 3 =não sabe 4 =recusou-se a responder
- 4.11 Se a segurança na sua comunidade melhorasse, pensaria em encorajar as pessoas a deixarem de ter armas? 1 =sim 2 =não 3 =não sabe 4 =recusou-se a responder
- 4.12 O que recomendaria para controlar o uso de armas ou reduzir a necessidade de armas na sua comunidade? 1 =dando mais poderes à polícia para confiscar armas ilegais 2 =criar mais programas de recolha de armas
- 4.13 Se há armas ilegais na área, de onde pensa que elas vêm? 1 =restos da guerra 2=África do Sul; 3= Swazilândia 4 =Zâmbia; 5 =outros países (especifique)
- 4.14 São as armas de fogo importantes na sua comunidade e porquê? 1 =sim 2 =não
- 4.15 Quando há uma zanga na sua comunidade quem contacta primeiro para a tentar resolver?
- 4.16 Como são as disputas resolvidas no seio da sua comunidade ?
- 4.17 Como são as disputas com pessoas de fora da comunidade resolvidas?

4.18 Há um posto de polícia na sua comunidade? 1 =sim 2 = não

A que distância está o posto de polícia mais próximo? ( número de horas a andar)

## 5. Percepções sobre Segurança e Armas de fogo

5.1 Pensa que a situação da criminalidade mudou nos últimos 5 anos? 1 =sim 2 = não 3 = não sabe know

5.2 Como compara a situação da criminalidade hoje com a criminalidade antes da guerra? 1 = Melhor 2 = na mesma 3 =pior

5.3 Quem, na sua opinião, usa armas mais facilmente? 1 =a polícia 2 =os criminosos

5.4 Por que é que na sua opinião, estão sendo cometidos crimes na sua comunidade? (escrever três respostas)

5.5 Qual é o tipo de armas mais comum na sua comunidade? 1 =pistolas 2 = automáticas (AK47) 3 = espingardas

5.6 Pensa que a presença de armas torna a situação do crime pior? 1 =sim 2 =não

5.7 Comparando com 1997 pensa que as armas hoje estão a ser usadas : 1 = com mais frequência 2 = sem alteração 3 =com menos frequência

5.8 Comparando com 1993 pensa que as armas hoje estão a ser usadas: 1 =com mais frequência 2 = sem alteração 3 =com menos frequência

5.9 Durante a guerra, na sua comunidade, estavam os civis armados e treinados para proteger a comunidade? 1 =muitos civis 2 =apenas alguns 3 =não havia civis armados

5.10 As pessoas ofereciam-se como voluntárias durante a guerra para defender as comunidades? 1 =sim 2 =não

5.11 Os civis da sua comunidade entregaram as suas armas de livre vontade depois da guerra? 1 =Todos o fizeram; 2 =a maioria fê-lo; 3 =apenas alguns o fizeram ; 4 =nenhum o fez; 5 =não sei

5.12 Para onde foram as armas que foram entregues?

5.13 Participou em quaisquer esforços para recolher e entregar armas? 1 =sim 2 =não

5.14 Na sua opinião, quais as razões por que algumas pessoas continuam

a possuir armas?

5.15 Pensa que o crime está a ser cometido hoje em dia com essas armas?  
*1 =sim 2 = não*

5.16 Se respondeu sim, como é que os criminosos tiveram acesso a essas armas?

5.17 Havia alguns esconderijos de armas situados perto da sua comunidade? *1 =sim 2 = não*

5.18 Contribuiu a sua comunidade para a identificação de esconderijos de armas depois da guerra? *1 =sim 2 =não*

Como identificou a sua comunidade os esconderijos de armas?

Alguma vez ouviu falar do projecto Transformação das Armas em Enxadas?  
*1 =sim 2 =não*

5.21 Entregou a sua comunidade armas ao projecto Transformação das Armas em Enxadas? *1 =sim 2 = não*

5.22 Alguma vez ouviu falar do projecto Operação RACHEL? *1 =sim 2 =não*

5.23 Participou a sua comunidade na Operação RACHEL? *1 =sim 2 =não*

5.24 Se encontrasse esconderijos de armas, a quem contactaria para as recolher? *1 = TAE 2 = Polícia 3 = Outros (especifique)*

5.25 Pensam as pessoas na sua comunidade, que uma disputa devia ser resolvida por violência? *1 =sim 2 =não*

5.26 Se a sua comunidade apanha um ladrão, o que é que as pessoas fazem? *1 =castigamos o ladrão e deixamo-lo ir embora; 2 =Trazemos o ladrão ao posto da polícia; 3 =Trazemos o ladrão ao posto da polícia mas só depois de o castigarmos; 4 =outros (especifique)*

5.27 Se a sua comunidade apanha um criminoso que cometeu estupro, o que fazem as pessoas? *1 =castigamos o criminoso e deixamo-lo ir ; 2 =trazemos o criminoso ao posto da polícia; 3 =trazemos o criminoso ao posto da polícia mas só depois de o castigarmos; 4 =outros (especifique)*

5.28 Se a sua comunidade apanha um assassino, o que fazem as pessoas? *1 =castigamos o assassino e deixamo-lo ir; 2 =trazemos o assassino ao posto da polícia; 3 =trazemosd o assassino ao posto da polícia mas só depois de o castigarmos; 4 =outros (especifique)*

5.29 Foi recentemente vítima de um roubo/crime? *1 =sim 2 =não*